

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Lorrany Mirielle Santos Corrêa

Emancipação feminina na sociedade contemporânea: reflexões sobre o papel
formativo da mulher na família

Goiânia
2019



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: LORRANY MIRIELLE SANTOS CORREA

Título do trabalho: EMANCIPAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL FORMATIVO DA MULHER NA FAMÍLIA

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Lorrany Mirielle S. Correa
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 04 / 04 / 19

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Lorrany Mirielle Santos Corrêa

Emancipação feminina na sociedade contemporânea: reflexões sobre o papel
formativo da mulher na família

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, na Linha de Processos Psicossociais e Educacionais, sob a orientação do Profa. Dra. Susie Amâncio Gonçalves de Roure.

Goiânia
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Corrêa, Lorrany

Emancipação feminina na sociedade contemporânea: reflexões sobre o papel formativo da mulher na família [manuscrito] / Lorrany Corrêa. 2019.

88 f.

Orientador: Prof. Dr. Susie Amâncio Gonçalves de Roure.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2019.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas.

1. mulher. 2. família . 3. emancipação feminina. I. Gonçalves de Roure, Susie Amâncio, orient. II. Título.

CDU 159.9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050

Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
LORRANY MIRIELLE SANTOS CORRÊA

Ao décimo terceiro dia do mês de março de dois mil e dezenove (13/03/2019), às 09:30 horas reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Profa. Dra. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure**, doutora em **Educação** pela Universidade Federal de Goiás, Profa. Dra. **Teresa Cristina Barbo Siqueira** doutora em **Educação** pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Profa. Dra. **Maria do Rosário Silva Resende**, doutor em **Psicologia Social** pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: **“Emancipação feminina na sociedade contemporânea: reflexões sobre o papel formativo da mulher da família”**, em nível de Mestrado, área de concentração em **Psicologia**, de autoria de **Lorrany Mirielle Santos Corrêa**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta **pelo presidente** da Banca Examinadora, Profa. Dra. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure** que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo **aprovado**. Os trabalhos foram até às 10:46 horas e eu, **Naraiana de Oliveira Tavares**, Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino acompanhado dos membros da Banca Examinadora. Goiânia, **ao décimo terceiro dia do mês de março ano de dois mil e dezenove**.

Profa. Dra. **Susie Amâncio Gonçalves de Roure**. (Orient.) 

Profa. Dra. **Teresa Cristina Barbo Siqueira** 

Profa. Dra. **Maria do Rosário Silva Resende** 

Profa. Dra. **Naraiana de Oliveira Tavares** (Vice Coordenadora do PPGP)



Profa. Dra. **Naraiana de Oliveira Tavares**
 Vice-Coordenadora do PPGP/UFG
 Matrícula: 2683604



A minha mãe, mulher forte que me ensinou sobre a força feminina e como ela pode ser responsável por uma família, sendo autônoma e ensinando, assim, os filhos a serem também.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais que me tiveram e me ensinaram desde sempre que não devemos nos contentar com algo menor do que a gente e que podemos ser do tamanho que quisermos.

A minha mãe por ter lutado por uma boa educação para mim e para o meu irmão, por ter sido grande exemplo de força feminina. Sem ela nada disso seria possível.

Ao meu pai que nos ensinou que a educação é a maior herança que um pai pode deixar ao seus descendentes, não fazendo distinção de gênero. Ele ainda me mostrou que um homem pode servir a uma mulher e que isso é feito por amor, não por troca.

Aos meus filhos maravilhosos que me convocaram a ocupar o maior lugar feminino de força já alcançado por mim até aqui: o de mãe.

À Melina, minha filha mais velha, feminino forte que luta pelo o que quer, meu maior exemplo de equilíbrio, que reivindica o poder sobre o próprio corpo.

Ao Pedro João, meu filho amado, que me ensina através de sua luta a conquista do reconhecimento do seu lugar de sujeito.

À inquietude plantada em mim desde os meus tempos áureos, gerando uma grande necessidade de crescer, o que me fez entrar no mestrado não tendo clareza exata sobre o que queria estudar, mal sabia eu que a pesquisa se referia a mim, aos outros, àqueles que não se acomodam ao lugar social a eles imposto.

Às mulheres e amigas que conquistei na luta feminina. Elas me mostraram o real significado da sororidade e me deram força para prosseguir.

A minha maravilhosa orientadora, Susie, exemplo de generosidade e afetuosidade, que teve muita paciência comigo em meu processo de desconstrução e formação.

A UFG, que me mostrou um mundo além da minha própria “bolha”, despertando em mim um olhar para o social, fazendo-me sentir na pele o fato de não estarmos sós, mostrando-me o lugar privilegiado que ocupo ao estar aqui, exigindo de mim posicionamento na história e cumprimento de minha função social.

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	viii
Resumo	ix
Abstract	x
Introdução	12
1. Origens e Desenvolvimento da Representação Tradicional da Ideia de Família	19
1.1. Aspectos antropológicos e históricos da formação da família tradicional	19
1.2. Aspectos sociais e econômicos determinantes na estruturação da família	26
2. Reflexões acerca do Conceito de Autonomia: Confrontando a Perspectiva da Emancipação Feminina	40
2.1. A ciência como precursora do esclarecimento e da possibilidade de autonomia ..	40
2.2. A educação como possibilidade de emancipação	45
2.3. O lugar de autoridade na sociedade capitalista como reprodutora da separação entre os gêneros	50
3. Empoderamento Feminino e Conquistas Femininas no Espaço Público: Implicações para o Lugar da Mulher no Espaço Privado	57
3.1. Uma breve análise do lugar da mulher na sociedade	57
3.2. Empoderamento feminino	60
3.3. História do movimento feminista	62
3.4. Reflexos da conquista feminina no espaço público no privado	68
3.5. Consequências do empoderamento feminino	72
3.6. Formação e subjetivação do sujeito contemporâneo	74
3.7. Figura paterna na família contemporânea	76
Considerações Finais	78
Referências	82

Listas de Abreviaturas e Siglas

AI-5	Ato Institucional n. 5
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNDM	Conselho Nacional da Condição da Mulher
DSM-V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisas Nacionais por Amostras em Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
USP	Universidade de São Paulo

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo investigar o lugar da mulher na família contemporânea frente ao processo de emancipação do feminino no espaço público (social) e no privado (familiar/individual), evidenciado isso, em especial, a partir do século XX. Partindo do argumento central de que a mulher contemporânea, mesmo que diante de conquistas que a permitiram ter uma maior atuação em âmbito social e individual, enfrenta ainda o desafio de ter sua autonomia legitimada pelas representações do masculino, este trabalho visa apresentar uma discussão crítica dos processos de emancipação da mulher. Processo que a conduziu a novos espaços de fala na família contemporânea. O olhar sobre a trajetória feminina, seu lugar social e na família, os direitos que lhe conferiam, a falta de liberdade e o poder sobre a própria vida e o corpo, tem por objetivo apreender as transformações pelas quais o seu papel social se institui ao longo da história, os sentidos da autonomia adquirida pela mulher e em que medida ela realmente se efetiva. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, faz-se necessário questionar as condições da autonomia feminina no mundo contemporâneo, buscando entender se a mulher ainda precisa ser legitimada pelo masculino para se emancipar e quais as associações econômicas e sociais que podem ser apreendidas ao se cotejar a conquista de um novo lugar feminino. Ao longo do século XX foram realizados vários movimentos sociais que buscavam a igualdade entre os gêneros. A entrada da mulher no mercado de trabalho, a lei do divórcio, as discussões sobre o aborto e a pílula anticoncepcional são algumas conquistas femininas a partir da reivindicação de seus direitos. No Brasil, o movimento feminista foi assimilado com a presença de muita luta, conflito, resistência e disputa. Ao longo de sua trajetória, a conquista pela efetivação dos direitos das mulheres nos campos da política, do trabalho, da vida privada, da liberdade e autonomia sobre si e seu corpo exemplifica algumas dessas reivindicações. Nesse sentido, o presente trabalho pretende articular a busca da autonomia feminina e suas implicações para a instituição do lugar social da mulher na família contemporânea. Ao analisar alguns aspectos das mudanças históricas de estruturação da família, pretende explorar como os fatores sociais e econômicos são determinantes na formação do indivíduo contemporâneo e como o espaço da mulher é percebido diante desse processo.

Palavras-chave: mulher; família; emancipação feminina.

Abstract

This dissertation aims to investigate the place of women in the contemporary family in the face of the process of emancipation of the feminine in public (social) and private (family / individual) space, evidenced especially in the twentieth century. Starting from the central argument that contemporary women, even in the face of achievements that have allowed them to perform more socially and individually, still faces the challenge of having their autonomy legitimized by the male representations, this paper aims to present a critical discussion of the processes of women's emancipation. Process that led to new spaces of speech in the contemporary family. The aim of the feminine trajectory, its social and family place, the rights conferred upon it, the lack of freedom and the power over one's own life and body, is intended to apprehend the transformations by which its social role is instituted at the same time. throughout history, the senses of the autonomy acquired by the woman and to what extent she really takes effect. Thus, through a bibliographical research, it is necessary to question the conditions of female autonomy in the contemporary world, trying to understand if women still have to be legitimized by the male to emancipate themselves and what economic and social associations can be apprehended by compare the conquest of a new feminine place. Throughout century XX several social movements were realized that looked for the equality between the genders. Women's entry into the labor market, divorce law, discussions of abortion and the contraceptive pill are some of the female achievements from the claim of their rights. In Brazil, the feminist movement was assimilated with the presence of much struggle, conflict, resistance and dispute. Throughout her career, the conquest for the realization of women's rights in the fields of politics, work, private life, freedom and autonomy over self and her body exemplifies some of these claims. In this sense, the present work aims to articulate the search for female autonomy and its implications for the institution of the social place of women in the contemporary family. In analyzing some aspects of the historical changes of family structure, it intends to explore how social and economic factors are determinant in the formation of the contemporary individual and how the woman's space is perceived in this process.

Keywords: woman; family; female emancipation.

Triste, Louca Ou Má
Francisco, El Hombre

Triste louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só
Eu não me vejo na palavra
Fêmea: Alvo de caça
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar
E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar
Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só

Introdução

“A família está sendo hoje atacada e defendida com igual veemência. É responsabilizada por oprimir as mulheres, maltratar as crianças, disseminar a neurose e impedir a comunidade. É louvada por sustentar a moralidade, ser um freio à criminalidade, manter a ordem e perpetuar a civilização. Casamentos estão sendo mais desfeitos do que nunca e mais celebrados do que em qualquer outra época. A família é o lugar donde se procura desesperadamente fugir e o lugar onde nostalgicamente se procura refúgio. [...] As pessoas estão intensamente interessadas em descobrir como a família se comporta hoje em dia, como evoluiu no passado e que formas poderá adotar no futuro”

Poster (1978, p. 9).

A família é a instituição central da vida e, em especial, da vida moderna¹, tendo a função de preencher as necessidades humanas e sendo organizada socialmente. Ela é a responsável pela primeira forma de socialização da criança, que é mediada pelo cuidado e pelo afeto. Essa instituição desenvolve a socialização básica numa sociedade que tem sua essência na internalização de um conjunto de valores e de papéis. Entre tais valores, encontram-se os modelos de educação e de acatamento da ordem social, processos que são reproduzidos pela formação impetrada da mulher na família.

Nesse sentido, ao se atentar para a história da família depara-se com a necessidade de compreender os modos como se articulam as relações de poder e os vários formatos de família que delas decorrem e ainda como tais relações influenciam o processo de formação do indivíduo.

Para entender o indivíduo contemporâneo, faz-se necessário analisar a sociedade em que ele se insere, identificando mudanças geradas ao longo do tempo, transformações que afetaram a forma de ele se organizar, se estruturar e, conseqüentemente, se relacionar com os outros. Ao estudar o período pós-Segunda Guerra Mundial, por exemplo, mudanças significativas foram identificadas nas atividades econômicas mundiais desde a maneira de a sociedade se organizar no trabalho, na atividade produtiva, na educação, na comunicação até as práticas cotidianas. Isso repercutiu profundamente na estruturação da família e na relação que ela estabelece com a sociedade. À medida que a sociedade começou a se transformar, influenciada principalmente pelo aspecto econômico, os papéis sociais e sexuais sofreram alterações, questionamentos surgiram sobre a maternidade e a paternidade, sobre o lugar do

¹ Neste trabalho, ao se referir à família moderna, o período analisado terá início no século XVII, alcançando o conceito de família moderna na delimitação temporal que abrange o século XVIII ao XXI (até os anos de 1960) e o de família contemporânea cujo recorte é de 1960/1970 até a atualidade.

masculino e do feminino, sobre posições de poder e de autoridade. Várias mudanças na estrutura dessas relações foram sendo identificadas atingindo a educação e a socialização do indivíduo.

Na sociedade moderna, a mulher passa a ocupar um lugar mais ativo ao sair de casa e se inserir no mercado de trabalho, o que anteriormente era papel preferencialmente masculino, já que ele era o responsável por prover a família financeiramente. Assim, a mulher passa a interferir na renda familiar, conquistando o direito de ditar regras, o que era condicionado ao aspecto econômico, uma vez que quem provia financeiramente a família era dado o lugar de autoridade. Nesse processo de mudança, o homem, até então, único provedor e responsável pela receita familiar, tem sua posição reconstruída. Isso interfere nas relações, nos modelos de família e nas regras que estruturam o funcionamento dessa instituição. Novas formas de condutas e práticas são desenvolvidas no interior da família que, de modo recíproco, influencia e é influenciada pela sociedade.

Na sociedade contemporânea, faz-se necessário estudar a dinâmica familiar envolvida no processo de emancipação feminina e como essa dinâmica condiciona as relações formativas desenvolvidas na família contemporânea. Ao longo da história, a mulher vem ocupando um lugar social cada vez mais presente e autônomo, refletindo diretamente no seu papel enquanto mulher e mãe, não somente na família, mas também na função formativa exercida por essa instituição na sociedade como um todo.

Por meio de uma análise histórica, é possível entender como era exercida a autoridade na família, o lugar reservado à mulher e o impacto causado pelas transformações sociais resultando numa nova posição ocupada por ela na família contemporânea. Ao entender as transformações no lugar que a mulher vem ocupando socialmente, novas dimensões e interpretações da função formativa e educativa da família começaram a surgir. Isso porque, ao longo dos séculos, ao se atentar para a história da família, vê-se homens e mulheres desempenhando diferentes posições sociais que eram reproduzidas dentro do espaço privado, promovendo mudanças na forma de educar os filhos.

Considerando que o indivíduo se constitui no decorrer de suas próprias vivências, o modo como o sujeito assimila o mundo expressa sua maneira de perceber a realidade e de a ela responder. Nesse sentido, ambos, indivíduo e contexto social relacionam-se, constituindo-se mutuamente. Todavia, na medida em que estabelece a distinção entre si e a realidade, o homem começa a ter consciência de suas possibilidades como ser e como parte de uma coletividade, num processo de individualização que se institui componente de um todo, mas que resguarda particularidade e autonomia.

A partir disso, emerge a necessidade de compreender essa autonomia, construída e desenvolvida na relação e diferenciação do indivíduo com o seu contexto familiar, mediando as relações sociais e representando formas de lidar com a própria lei, com os princípios que norteiam a conduta de si. Vários autores como Iasi, ao longo dos séculos, vêm discutindo a questão da autonomia no desenvolvimento humano, buscando entender como se estabelecem a formação da subjetividade e a assimilação da lei.

De acordo com Mario Luis Iasi, a consciência é um processo ativo de superação de formas, o que contradiz a visão aristotélica cristã.

Amadurece por fases distintas que superam-se, através de formas que se rompem, gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando aparentemente, as formas que abandonou. (Iasi, 1999, p. 14)

Iasi, ao citar Freud, afirma que o processo de tornar algo consciente perpassa a forma pela qual o indivíduo internaliza o que é vivenciado no mundo externo, ou seja, a formação da consciência está diretamente ligada a como o indivíduo assimila e vivencia o mundo. Esse mundo é apresentado primariamente pela família: primeira relação do indivíduo em sociedade. Os nove meses de gestação marca o período em que o bebê se sente parte do corpo da mãe; após a gestação inicia-se uma separação gradativa entre mãe e bebê. Durante o processo de amamentação, é criada a consciência de uma simbiose com o lactante, acreditando que ele e o seio materno são um só. A diferenciação acontece na medida em que o bebê percebe que pode controlar o momento que receberá o alimento por meio do choro, por exemplo, surgindo a consciência de algo além do eu. “É na interação com o mundo externo que se forma o psiquismo, a estrutura básica do universo subjetivo do indivíduo” (Iasi, 1999, p. 16).

O primeiro universo assimilado pelo indivíduo é vivenciado nas relações com a própria família, com a cultura, com componentes sociais e históricos. Essa experiência é ampliada pela escola e posteriormente no exercício do trabalho. A família é a primeira instituição em que o indivíduo está inserido, sofre influência da sociedade de acordo com o tempo, com o contexto histórico, com a cultura e a classe a que pertence. Todas essas variáveis interferem diretamente na formação e no lugar que essa família ocupa e, conseqüentemente, o indivíduo que a ela pertence, que não está separado de seu meio. Em cada momento histórico, a família estabelece relações e ocupa lugar social de forma diferente.

Uma das variáveis mais significativas que pode ser observada no processo de

formação da família ao longo dos tempos, e em sua forma de estruturação, é a economia. A economia sempre interferiu e se reproduziu no modo como as pessoas se relacionam. A produção da vida material interfere na organização econômica e política de uma sociedade e nas condições das relações entre as pessoas e em seus processos formativos. Os modelos parentais, os formatos de família e o lugar que cabe a ela na reprodução da sociedade dependem dos processos econômicos voltados aos meios de sobrevivência das pessoas e dos grupos sociais que exercem poder.

A partir de uma análise sociológica da história da família e de suas características ao longo do tempo, é possível dizer que o modelo de família brasileiro nasceu do seio da burguesia europeia, adotado como forma para outras estruturas familiares com o principal objetivo de preservar o capital, cujo controle foi perdendo após a Revolução Industrial. A família burguesa era dividida por papéis sexuais: o marido era a autoridade, provedor que obtinha a posse da mulher e dos filhos; cabia à mulher a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos. Estes se tornaram importantes para a burguesia que valorizava os bons modos e a castração sexual, necessária à formação dessa classe. Cabia à mulher, o desenvolvimento moral da criança, assim como prepará-la para a sociedade. Alienada de todas as transformações políticas e econômicas da sociedade, cuidava apenas dessa microssociedade.

À mulher era dado o lugar de gerenciar e administrar a formação dos filhos, papel que sempre foi validado pela figura de autoridade presente de acordo com o momento histórico. Ao longo da história, as relações de autoridade estiveram presentes. Desde as comunidades mais primitivas, houve o domínio de um ou de mais indivíduos sobre os demais, seja motivado por condição de nascimento, gênero, classe social, força bélica ou imposição cultural. As relações sociais, portanto, são mediadas por relações de poder. No processo de formação e educação da criança, a condição de autoridade tem sido vista como natural. Sempre houve um superior que ditava a lei para que o outro a assimilasse e, por repetição da mesma, tivesse a possibilidade de superá-la, constituindo-se autônomo.

Kant (2003) também se refere à autonomia no contexto social. Para ele, ela deve compor o caráter genérico do homem e ser exercida num contexto de totalidade no qual o indivíduo é constituído. Kant afirma ainda que não é a autoridade externa que constitui a autonomia do indivíduo, pois as exigências morais impostas pela sociedade também atuam sobre ele. Somente aquilo que faz sentido para o indivíduo dentro de seu contexto social-histórico é internalizado. “A estrutura da sociedade deve refletir e expressar a capacidade moral comum e igual de seus membros” (Kant, 2003, p. 371).

Horkheimer compreende o homem como sujeito da história. Para que se possa apreender as condições de formação da subjetividade é preciso analisar as relações de autoridade que medeiam as relações sociais em cada contexto histórico. Segundo Horkheimer (1990), “o papel de uma relação de autoridade na sua época e seu teor específico, além do grau de diferenciação dos indivíduos que ela abrange, exerce sua influência sobre o significado psíquico da aceitação da autoridade” (p. 194). Assim, o autor postula que o processo de internalização da realidade, aquilo que intervém na constituição da subjetividade, é marcado pelos modos como a coletividade determina a conduta, os sentidos das normas e as próprias necessidades. “Cada um procura cuidar de si mesmo, da melhor maneira possível. Já que, dessa forma, ele produz necessariamente o que os outros precisam, impõem-se as necessidades da comunidade, por meio das atividades aparentemente autônomas e úteis ao próprio bem estar” (Adorno & Horkheimer, 2006, p. 63).

A construção da individualidade do sujeito perpassa por aspectos sociais e pelos processos por meio dos quais eles são internalizados. Apesar de cada contexto social construir seus sentidos e suas figuras de autoridade, pode-se observar que há característica comum em relação a isso: o fato de existir aceitação e respeito sobre certa posição de determinado indivíduo no grupo, qualidade que o diferencia dos demais, colocando-o em destaque, tornando-o modelo. Evidentemente, essa qualidade não é decorrente de uma característica natural, é algo adquirido no decorrer da vida e das experiências sociais dos indivíduos.

Essa posição de referência é ocupada, por exemplo, pelos pais dentro da família. Esse seria o primeiro grupo social em que os indivíduos se inserem durante sua infância. A família é como porta de entrada para a civilização. Nesse ambiente, os pais servem de modelo para as crianças em função de possuírem maior experiência de vida. Essas figuras de autoridade na família são de grande importância durante a primeira infância, pois é nesse período que se constituem as bases psicológicas do indivíduo. Para Freud (1913/1997, p. 37), a possibilidade de autonomia surge no próprio espaço da relação de identificação e de embate entre o indivíduo e o grupo, sendo a família esse espaço privilegiado de formação.

A partir dessa construção do indivíduo, que se forma na relação com o outro e com o meio, por meio de uma ou de algumas figuras de autoridade, é possível atestar que a autoridade constitui um momento essencial e transitório no processo da construção da autonomia do ser. Pode-se dizer que a autoridade se insere no espaço da família na medida em que exerce papel formativo frente à nova geração, mas ressalta-se que a autoridade também esteve presente na relação entre os gêneros, mesmo no exercício de seu papel parental.

Compreender a relação entre as figuras e as condições de autoridade na família torna-se, por isso, fundamental para a compreensão da autonomia da mulher.

Ferrater Mora (1965) define autonomia como uma realidade regida por lei própria, ou seja, a lei que o indivíduo assimila e executa ao fazer sentido para si mesmo. O processo de construção da autonomia se inicia pela liberdade de poder fantasiar, imaginar e decidir, que se amplia ao outro. Esse fazer que acontece no mundo está cerceado pelas leis naturais, leis civis, convenções sociais, isto é, o processo de construção da autonomia expressa uma posição em relação à autoridade.

Ao considerar a importância da família como a primeira instituição formadora do indivíduo, responsável por apresentar a ele os aspectos sociais, culturais, morais e a própria lei na sociedade contemporânea, deve-se atentar para as transformações no papel de autoridade e nos formatos das relações parentais que forjam mudanças também na constituição dos indivíduos dos quais elas formam.

Nessa perspectiva, as condições da vida social a partir da modernidade se reproduzem nos processos formativos dentro da família. Vários são os fenômenos que caracterizam a modernidade: o desenvolvimento de técnicas capazes de melhorar as condições materiais de existência, os questionamentos promovidos desde o Iluminismo que desenvolveram uma maior participação da sociedade nas decisões públicas, a democracia que passou a ser mais valorizada e desenvolvida. A igualdade de direitos e a liberdade de expressão e agregação passaram a ser almejadas pelo sujeito que queria alcançar a maioria. Para isso, ele teria que superar sua minoridade, emancipação promovida em grande parte pela educação (Petrini & Cavalcanti, 2005).

Tendo em vista o exposto, reafirma-se a necessidade de analisar em que medida a conquista da emancipação das mulheres se converte em autonomia, buscando entender as noções que envolvem a compreensão de autonomia, autoridade, autoritarismo, liberdade, relacionando-as ao papel da mulher na família na tentativa de entender como a formação do indivíduo contemporâneo é influenciada pela mudança no papel da mulher.

Com esse propósito, o primeiro capítulo busca realizar um estudo antropológico e histórico da família e de sua formação, atentando-se para as condições econômicas e culturais vigentes e como esses processos se articulam, especialmente em relação ao papel da mulher. Analisando a trajetória feminina, seu lugar social e na família, os direitos que foram conquistando ao longo da história nos espaços públicos e privado.

O segundo capítulo trata de uma reflexão sobre os conceitos de autonomia, sua ligação com a questão da autoridade e do autoritarismo e os desafios que se apresentam à formação

do indivíduo contemporâneo. Analisando se de acordo com o conceito de autonomia a partir de Kant, se existe a possibilidade de desenvolvimento de uma autonomia feminina dentro de uma sociedade unilateral que confere autoridade ao masculino, sendo a suposta possibilidade da emancipação da mesma considerada uma ameaça ao sistema vigente.

O terceiro capítulo tem como objetivo compreender as relações construídas pelo novo papel feminino e quais as influências que ele exerce na formação do indivíduo moderno, analisando a emancipação feminina como fator de continuidade e ruptura, ampliando a compreensão da autonomia da mulher para além das questões de gênero, mas também a partir das condições que lhe são impostas. Isso implica várias formas de divisões e separação do tecido social, impactando nos processos formativos tanto de homens como de mulheres.

1. Origens e Desenvolvimento da Representação Tradicional da Ideia de Família

“Crescei e multiplicai-vos e enchei a terra”. Gênesis (1.27- 28).

“Portanto, deixará o homem seu pai e sua mãe e se unirá a sua mulher e serão ambos uma só carne”. Gênesis (2.24).

“O homem” aí é o filho, nascido de pai e mãe. Deus fez a família para que o homem não vivesse na solidão”. Salmos (68.6; 113.9).

Bíblia Sagrada (1997).

Muito se tem falado atualmente sobre família, sua importância e a necessidade de luta por sua preservação. A importância dessa instituição é indiscutível, mas questiona-se qual o conceito, o sentido e formato de família que permeia o ideário popular. A família é uma estrutura social e responde à dinâmica social ao longo da história, seja no modelo nuclear, seja nos diversos formatos que as condições de vida e da história a ela impõem. As relações no interior da família se instituem reproduzindo a cristalização dos papéis sociais e a luta de poder manifesta em sociedade. Nesse sentido, discutir essa história é ponto de partida para a compreensão do lugar que a mulher ocupa na família contemporânea e suas condições de autonomia.

1.1 Aspectos antropológicos e históricos da formação da família tradicional

O capítulo se inicia com citações bíblicas que demonstram a importância cultural da família desde a Idade Média, período em que a autoridade máxima reconhecida socialmente era “Deus”. Cultos e dogmas referentes a essa autoridade eram exercidos pela igreja, que pregava a importância da família como forma de controle social. Essa instituição era considerada divina, tendo sido criada, até mesmo, antes da igreja e do Estado. Dizia-se que “Deus” não fez o homem para viver na solidão, já pregando a importância da família ao dizer de sua incompletude se restrita ao casal, prevendo, assim, a procriação. Nesse período, a igreja determinava as bases existenciais dos indivíduos, ditando as regras sobre a família que regulavam as questões voltadas ao amor, ao sexo e à matéria. Como afirma Roudinesco (2003), “é então em função de unir um homem e uma mulher, isto é, um ser de sexo masculino e outro de sexo feminino, que a família é um fenômeno universal que supõe uma aliança de um lado (o casamento) e uma filiação do outro (os filhos)” (p. 14).

Uma das maiores civilizações que influenciou o Ocidente foi Roma, que considerava que se estendia à família todos aqueles que estivessem sob o domínio do mesmo chefe, o que já anunciava a necessidade de uma autoridade para que ela existisse. Essa autoridade era desempenhada pelo homem que detinha o poder até mesmo sobre a vida da mulher e dos filhos. O chefe da família podia impor penas corporais, vender ou até mesmo tirar a vida dos próprios filhos. À mulher cabia a submissão total ao marido, a ela era negada autonomia. A posição da mulher alterava-se apenas de filha para esposa.

No direito romano, as crianças legítimas só eram reconhecidas pelo pai se este assim o quisesse. Com o cristianismo, a paternidade biológica foi imposta como função simbólica, passando à vontade de Deus não mais do homem, fazendo-se necessário o casamento para legitimar a união, garantindo, desse modo, a descendência. “Só é declarado pai aquele que se submete à legitimidade sagrada do casamento, sem o qual nenhuma família se integra” (Roudinesco, 2003, p. 22). Em contrapartida, filhos fora do casamento não eram reconhecidos, a contribuição genética feminina era desconsiderada e a infidelidade feminina era inquestionável, pois interferiria na legitimidade da descendência.

Na época medieval, escreve Didier Lett, a maioria dos homens está convencida de que, por ocasião da concepção, o sêmen feminino não desempenha papel algum na formação do embrião e que apenas o esperma masculino goza de virtudes informativas e transmite semelhanças. (Lett, 1997, p. 26)

Pode-se concluir que a paternidade apenas era reconhecida com a existência de dois aspectos: o biológico e a legitimação pela linguagem, feito através da fala, da nomeação. O responsável pela nomeação do filho, na Idade Média, era o pai e isso o tornava “imortal”, já que ele “eternizava-se” ao passar seu nome aos descendentes. À mulher, nesse período, era dado o lugar passional de desordem, de feitiçaria, que colocava em risco toda a razão masculina, fazendo necessário mantê-la sob controle, o que reforçava a necessidade do poder paterno. Roudinesco afirma que a autoridade sobre o filho pertencia ao pai a partir do consentimento da mulher ao matrimônio.

No estado de aquisição, a autoridade pertence ao pai, que a exerce como “um pequeno rei em sua casa”, imitando assim, na política, o governo dos homens. Mas o pai só exerce essa autoridade sobre o filho porque a mãe consentiu nos laços do casamento... Pois é da vontade da mãe que depende, segundo Hobbes, a designação do pai. (Roudinesco, 2003, p. 29)

Após a Revolução de 1789, teve início a queda do poder paterno. Primeiramente, o pai foi tido como superior aos filhos, chegando a amaldiçoá-los, o que gerou um sentimento de “piedade filial”. Essa espécie de compaixão ampliou o sentimento de família para outras instituições, diminuindo gradativamente o poder do pai. No final do século XIX, concomitantemente à feminilização do corpo social, devido à diminuição do poder da monarquia na Europa, a queda da figura paterna se concretiza, gerando maior espaço e reconhecimento do lugar da mãe, acarretando em uma nova forma de a sociedade se organizar.

Ao nascer, o ser humano depende de outro ser para garantir sobrevivência, para ser alimentado, vestido, abrigado, higienizado dentre outras necessidades que só podem ser supridas por um outro. Tradicionalmente, essas necessidades básicas são realizadas por indivíduos representados pela instância social chamada família, organização nutrida pelas mais variadas necessidades, particularidades, cultura e simbolismo. A família representa a primeira forma de sociedade, é ela que apresenta primeiramente o mundo à criança, que se forma mediante a interação com a sociedade. Seja por consanguinidade ou por filantropia, o ser humano depende de outro para sobreviver.

A família é também a responsável pela primeira forma de socialização mediada pelo cuidado e afeto. Tem a função de desenvolver a socialização básica numa sociedade que tem sua essência no conjunto de valores e de papéis. A partir da concepção de si, pode-se evoluir ao outro. No estabelecimento de relação, são desenvolvidos limites de convivência, condição necessária à existência da família.

As primeiras alianças entre os indivíduos e as primeiras trocas afetivas e sociais acontecem nesse grupo primário, sendo a troca a base de toda relação social, é por ela que se estabelece a relação dos indivíduos tanto na microssociedade, como a família, como na macrossociedade, ambiente social a que ele pertence. Por ser social, o indivíduo se modifica e é modificado pela sociedade numa perspectiva dialética.

Em 1956, Claude Lévi-Strauss afirmava que a vida familiar existia em praticamente todas as sociedades humanas. Defendia a família como fenômeno universal cuja função era unir homem e mulher com a intenção de gerar filhos. Para isso, fazia-se necessária a existência prévia de duas outras famílias que gerassem esses genitores. Para o autor citado, a sociedade precede a família, para que essa formação ocorra faz-se necessária a aliança entre dois grupos independentes, sendo o aspecto biológico insuficiente para sua constituição.

A discussão de Lévi-Strauss toma em consideração a cultura ao referir-se à família. Ele não a identifica apenas aos vínculos biológicos: pai, mãe e filhos. Afirmo que a família

precisa se “desfazer” para que se desenvolva uma sociedade, o que significa dizer que para a construção de uma nova família, a de origem necessita ser desfeita, só assim a nova existirá.

Roudinesco (2003), ao estudar Lévi-Strauss com o objetivo de entender a família, assegura o condicionamento de sua existência à sociedade.

O que diferencia verdadeiramente o mundo humano do mundo animal é que, na humanidade, uma família não poderia existir sem existir sociedade, isto é uma pluralidade de famílias dispostas a reconhecer que existem outros laços para além dos consanguíneos e que o processo natural de descendência só pode levar-se a cabo através do processo social da afinidade. (Lévi-Strauss, 1956/1980. p. 34)

Ao se referir a Freud, Lévi-Strauss (1956/1980) também salienta a importância de se instituir o tabu do incesto como regra necessária para se constituir uma sociedade, o que denota separação entre natureza e cultura. Ao estudar a família, o antropólogo prossegue dizendo que para estabelecer os laços matrimoniais realizados entre os grupos sociais deve haver a proibição do incesto. Essa proibição traz a constatação de que é insuficiente a existência de dois seres de sexo oposto para constituir uma família – aspecto biológico –, também deve-se considerar o aspecto cultural.

Essa concepção é corroborada por Roudinesco em seus estudos posteriores sobre a família. Ao instituir a proibição ao incesto, revela-se o aspecto natural necessário à constituição da sociedade, condição primária retratada pela cultura. A proibição ao incesto atua como primeira forma de intervenção, primeira regra que funda o caráter social das relações. Ao proibir o incesto, a formação da sociedade torna-se possível. O indivíduo sai da família de origem para se reproduzir e constituir outra, ele, portanto, abandona a sua para a constituição de uma nova e, no grupo, ocorre a possibilidade do desenvolvimento cultural. Da mesma forma que a primeira relação é desenvolvida dentro da família, condições são geradas para as relações serem fundadas e desenvolvidas em uma sociedade.

Se tal proibição é necessária a constituição da família, é que além do primado natural induzido pela diferença sexual (a união de um homem e de uma mulher), intervém uma outra ordem de realidade, que, desta vez, não deriva de um fundamento biológico. E, com efeito, se a instituição da família repousa na existência de uma diferença anatômica, supõe também, na mesma proporção, a existência de um outro princípio diferencial, cuja aplicação assegura na história da humanidade, a passagem da natureza à cultura. A proibição do incesto é portanto tão necessária à criação de uma família quanto a união de um macho com uma fêmea. (Roudinesco, 2003, p.15)

Para Roudinesco, a proibição ao incesto funciona como função simbólica que diferencia o homem dos outros animais ao considerar que diante de tal possibilidade faz-se necessário estabelecer interditos, reconhecendo que a família tem dupla função: cultural, ao considerar as regras que constituem a sociedade e biológica, ao reconhecer a possibilidade de reprodução e com ela a diferenciação sexual. A proibição ao incesto nem sempre foi realizada da mesma forma, sendo que a igreja teve papel determinante na definição dos limites dessas alianças. Jack Goody (1986), ao estudar a família europeia, afirma que a regulamentação do casamento cristão, realizada no século XII, foi responsável por proibir a união entre parentes próximos.

A proibição possibilitou a formação de uma nova família. Por meio da comunicação entre dois grupos sociais independentes, foi viabilizada a construção de uma aliança chamada casamento, união que, dentro da abordagem estruturalista, é considerada como um sistema de comunicação entre grupos e constitui a base da família. Esse encontro é possível por meio da capacidade de se comunicar. A linguagem é símbolo que permite ao indivíduo formular pensamentos, nomear a realidade, estabelecer regras de convivência e assim poder repassar tais conhecimentos a outros homens, como resultado da cultura produzida por eles, estruturando assim as relações.

Como Lévi-Strauss, Roudinesco (2003), analisando a proposição de Freud em *Totem e Tabu*, demonstra a importância do tabu do incesto para a constituição da civilização.

Embora o leque das culturas seja bastante amplo para permitir uma variação infinita das modalidades da organização familiar, sabemos claramente, e Lévi-Strauss o diz com todas as letras, que certas soluções são duradouras e outras não. Em outras palavras, é preciso de fato admitir que foi no seio das duas grandes ordens do biológico (diferença sexual) e do simbólico (proibição do incesto e outros interditos) que se desenrolaram durante séculos não apenas as transformações próprias da instituição familiar, como também as modificações do olhar para ela voltado ao longo das gerações. (Roudinesco, 2003, p. 17)

A antropologia é uma ciência que estuda as culturas humanas e os diferentes modos de vida situados temporal e localmente. Essa ciência permite refletir sobre os modos de viver, sobre as práticas sociais e as concepções de mundo. Ao falar de família como uma categoria histórica, essa ciência a identifica como produto social cuja existência ocorre a partir de uma pluralidade de formas e modos de existir.

Philippe Ariès (1978) faz um estudo sobre a família analisando-a desde a sua estrutura medieval até à modernidade, destacando sua transformação na medida em que a criança passa a nela ocupar lugar. Isso ocorreu entre os séculos XVI e XVII. Antes desse período, na Idade

Média, a educação das crianças era exercida no convívio com o adultos. Elas eram mantidas em casa até aproximadamente sete anos. Após esse período, elas passavam a viver com outras famílias, em outras casas para serem disciplinadas. Essa prática se repetia em todas as classes sociais, já que as famílias enviavam suas crianças para casas alheias e recebiam crianças de outras casas. Conviver com outra família e, muitas vezes, não retornar à família de origem, favorecia o não desenvolvimento de vínculo afetivo, do apego entre pais e filhos. Esse comportamento era visto até mesmo em famílias mais abastadas, em que as alianças estavam voltadas ao patrimônio e à manutenção do sobrenome. A família, nesse contexto, era vista como uma instituição social parte de uma comunidade “estendida”, uma comunidade maior, não circunscrita a um espaço físico, cuja esfera íntima era ausente.

A partir do século XV, a educação passa a ser partilhada pela escola, antes regalia dos clérigos, tornando-se via comum de socialização, o que também gerou uma reaproximação da família em relação às crianças.

Essa evolução correspondeu a uma necessidade nova de rigor moral da parte dos educadores, a uma preocupação de isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos. Mas ela correspondeu também a uma preocupação dos pais em vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e de não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de uma outra família. (Ariès, 1981, p. 159)

Os pais tinham o dever de escolher a escola e os educadores e também supervisionavam os estudos quando as crianças iam para casa. A escola se localizava distante das residências e o fato de os pais supervisionarem os estudos gerava maior envolvimento das famílias com as crianças. Todavia o acesso à escola era privilégio apenas de meninos. As meninas continuaram, desse modo, sendo educadas pela prática e pelo costume e, muitas vezes, em outras casas. Apenas após o século XVIII, a escola foi a elas possibilitada.

Na Idade Média, [...] as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio [...]. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. [...] Nessas existências densas e coletivas, não havia lugar para um setor privado. A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes - mas penetrava muito longe da sensibilidade. [...] A civilização medieval havia esquecido a paidéia dos antigos, e ainda ignorava a educação dos modernos. (Ariès, 1981, p. 193)

Antes do século XIX, o filho mais velho era beneficiado com a herança total dos bens por sua progeneratura, prática que visava a manutenção do patrimônio. Todavia, conflitos gerados em razão de apenas um filho receber herança acabou promovendo mudanças, e o afeto passou a retratar o diferencial da família moderna. Então, até o final do século XVII, todos os filhos passam a ter os mesmos direitos e a escola torna-se responsável por preparar o indivíduo para atuar em sociedade. O sentimento gerado por essa situação permitiu uma maior aproximação entre irmãos e também entre pais e filhos.

Ao analisar a mudança ocorrida do privilégio do primeiro filho na família à evolução de igualdade entre eles, Ariès (1981) demonstra o avanço que houve para se alcançar a família moderna, que se estendeu do direito do primogênito à igualdade entre os irmãos no código civil. Outra mudança que ocorreu nas famílias mais abastadas após o século XIX e que fortaleceu o vínculo entre pais e filhos esteve ligada ao fato de as amas-de-leite passarem a morar nas casas das famílias e não mais receberem os bebês em suas próprias casas a fim de alimentá-los.

Ariès (1981) fala do nascimento do sentimento de família que surgiu no século XV, permanecendo até o século XVIII. Inicialmente dava-se importância ao patrimônio e à reputação; posteriormente, na modernidade, o bem atribuído aos filhos ganha destaque à transmissão de riqueza. A família torna-se circunscrita, passa-se a existir um prazer em ali permanecer, triunfando a família e não a individualidade. O grande diferencial da sociedade moderna foi a valorização da segunda instituição formadora – a escola e a educação de forma geral. A partir desse reconhecimento, novas ciências formadoras surgiram. Com a necessidade da época em considerar a infância, desenvolveram-se especialidades médicas voltadas à criança, como pediatria, psicanálise e psicologia, que valorizavam as experiências infantis na formação do indivíduo.

Ariès destaca também a educação pelos reformadores moralistas a partir do século XV, que lutaram contra uma ausência de controle moral na sociedade medieval, elevando a importância da educação frente à reforma religiosa, o que permitiu um poder maior aos pais enquanto responsáveis pelos filhos, poder que anteriormente era outorgado à igreja. Isso gerou uma nova relação entre pais e filhos. Esse marco deu à família maior autonomia na formação do indivíduo e não apenas nos aspectos do direito, únicas funções dadas anteriormente, o que caracteriza o “sentimento moderno da família” (Ariès, 1981, p 194).

Todo esse processo demonstra o surgimento do sentimento de infância e institui a família como locus primordial de formação do homem moderno. A criança, que até a Idade Média, era considerada um miniadulto, útil de acordo com suas possibilidades físicas, passa a

ser valorizada de modo geral. Isso porque apenas os filhos mais velhos tinham importância. O desenvolvimento de um novo sentimento e moral que salientava a importância do vínculo familiar estabelecia o reconhecimento de todos os filhos, independentemente da ordem de nascimento e sexo. Nesse processo de formação, destaca-se a importância da criação da escola como parceira e responsável na preparação do homem moderno, mais íntimo, provido de sentimentos.

Ariès (1981) analisa que esses novos sentimentos que surgiram na família moderna resultaram de uma moral derivada principalmente de uma classe específica – a burguesia –, considerada modelo para a família tradicional até nos tempos atuais. Roudinesco (2003) reforça a autoridade masculina ao definir a família como organização hierárquica de pessoas ligadas através do casamento gerando sucessores, os filhos, e exercida sob o domínio patriarcal. A família tradicional serviu para assegurar o patrimônio, dado que será aprofundado posteriormente, ao considerar que nesse modelo de família o pai, como figura dominante, era a representação de “Deus” e monarca dentro do lar. Conforme afirma Roudinesco (2003), “nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino” (p. 19).

1.2 Aspectos sociais e econômicos determinantes na estruturação da família

Em latim, “família” deriva de *familiae*, que designa o conjunto de escravos, servidores e todos que viviam sob a jurisdição do *pater*, o que demonstra sua designação perante à sociedade da época. Como já explanado no presente trabalho, constata-se que a sociedade romana influenciou e alicerçou o modelo de família na sociedade ocidental, formando as bases para o patriarcalismo.

Marx e Engels (1984) afirmam que a forma de os indivíduos se relacionarem é definida pela materialidade, pelo sistema no qual uma sociedade se organiza. Portanto, para haver a possibilidade de criação da família, o homem precisa satisfazer inicialmente suas necessidades básicas. Assim, a produção da própria vida material seria a primeira dessas necessidades, o primeiro “ato histórico”. O segundo está relacionado ao como o homem organiza a própria vida a partir da realização do primeiro ato. Em função disso, o homem estabelece a relação com os outros, desenvolvendo a possibilidade de criação da família.

Poster (1978) faz uma análise teórica sobre a família assentada em reflexões de cunho psicanalítico, antropológico, sociológico, psicológico e linguístico. Focaliza na história da

família europeia quatro modelos de estrutura familiar: a família aristocrática e a camponesa, que predominaram no século XVI e XVII; a família proletária e a burguesa, que preponderaram no século XIX. A análise de Poster traz elementos já apresentados na perspectiva de Ariès (1981), demonstrando claramente os modos societários baseados no sentido de comunidade, no poder masculino e na subjugação de crianças e de mulheres. Tais estudos permitem atestar que o sentimento de vida privada, de infância e de família nuclear são construções históricas próprias da modernidade e do modo burguês, assim como os papéis exercidos pela mulher em âmbito familiar.

Na família aristocrática, o poder pertencia ao monarca, possuidor de terras. O casamento era considerado um ato político cujo *status* estava voltado ao controle da terra e o trabalho dos nobres a fim de manter a ordem social. As crianças eram consideradas pequenos animais e estavam entregues aos cuidados dos criados, não havendo vínculos familiares. A tentativa de desenvolvimento da autonomia infantil era respondida com autoritarismo e humilhação, resultando no enfraquecimento do ego e em obediência social. Poster (1978) atesta ainda que devido à autodisciplina não ter sido objetivo na criação dos filhos nesse modelo familiar, um enfraquecimento do ego pode ter facilitado o controle da burguesia dos meios de produção. A educação era direcionada à obediência, o que permitia castigos físicos. Não havia privacidade e a higiene básica era precária, o que gerava alto índice de mortalidade infantil.

Um outro modelo de estrutura familiar era o da família camponesa, que era sustentada pela aldeia, que possuía autoridade social e cuja regulação da vida cotidiana era mantida por costumes e tradições. A atenção era voltada ao grupo, à comunidade, não havia núcleo familiar, as crianças eram cuidadas por todos e participavam das atividades laborais de acordo com a capacidade física correspondente à idade que possuíam. Leis, regras, tempo e atenção estavam voltados ao bem comum, o que alimentava o sentimento coletivo e enfraquecia a intimidade e o desenvolvimento da esfera privada. Para Ariès (1978), esse modelo de família prevaleceu até o século XVII. Nesse período, não existia a esfera privada da família, os laços afetivos se estendiam para fora dela. As cerimônias de casamento eram consideradas mais importantes do que qualquer outra cerimônia religiosa, os eventos eram voltados para o leito nupcial como a bênção do leito e a exposição dos lençóis após a noite de núpcias, constatações do direito da sociedade sobre a intimidade do casal (Ariès, 1978). A mãe nesse modelo familiar era encarregada de cuidar dos filhos, mas obtinha o apoio de outras mulheres para isso, pois sua presença também era necessária para o trabalho no campo.

A família proletária se formou no período da industrialização, no início do século XIX, e foi originária da família camponesa que migrou para a cidade nesse período. Detinha condições precárias de saúde e de higiene, culminando também em alto índice de mortalidade infantil. As crianças trabalhavam, realizando funções que suas habilidades físicas permitiam. Esse modelo de família passou por três fases diferentes. Inicialmente era definida pela vida comunitária com apoio dos grupos que a compunham. Na segunda metade do século XIX, passa por um processo de profissionalização, o que acarretou melhoria nas condições de vida. Nesse período, já se inicia uma diferenciação nos papéis sexuais atrelados aos componentes familiares: as mulheres começam a passar mais tempo em casa e com os filhos, enquanto os homens trabalhavam nas fábricas. A terceira fase ocorre no XX, com a mudança dessas famílias para o subúrbio, o que gerou o desenvolvimento da esfera privada, iniciando uma valorização da educação dos filhos.

O outro modelo estudado por Poster foi o da família europeia burguesa, modelo familiar adotado como norma para outras estruturas familiares em vários países do mundo, sendo praticado até os dias atuais. Sua principal função era a preservação do capital, mas essa instituição foi perdendo o seu controle após a Revolução Industrial. A partir de 1750, “o padrão demográfico da família burguesa progrediu gradualmente para um padrão de baixa fertilidade e baixa mortalidade” (Poster, 1978, p.186). Na família burguesa, o ato sexual era considerado imprudente, havendo a separação da sexualidade em relação ao casamento e ao amor. A razão mais sólida para o casamento burguês era a preservação da acumulação de capital feita através de alianças. A partir do século XIX, o amor romântico passou a ser a razão para o casamento, mas este raramente sobrevivia. As funções desempenhadas por esse modelo familiar na época eram divididas pelos papéis sexuais em que o marido era a autoridade, provedor que controlava a mulher de acordo com suas posses. “A ordem familiar econômico-burguesa repousa portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos” (Roudinesco, 2003, p. 38).

Ao pai, no período pós-Revolução Industrial era dado o lugar de poder. Ele tinha a função de reconhecer ou não o filho, mas para isso era necessário se submeter à legitimidade sagrada do casamento. Esse pai, validado por “Deus”, era autorizado a transmitir o seu sêmen e, conseqüentemente, seu nome era considerado fonte de reprodução. De acordo com Roudinesco, a autoridade do pai era validada pela ordem instituída, poder que foi mantido mesmo com a queda da Monarquia, pois a família era a base de sustentação da sociedade,

comandada pelo pai. A paternidade após esse período sofreu fragmentação, transformando a representação do pai de dominador para ético, detendo o poder de correção².

A partir de 1889, na família burguesa europeia, o pai perde o direito de infringir castigos aos filhos, caso esses não estejam conforme regras impostas. “Seu status lhe impõe obrigações e, caso não as observe, é capaz de naufragar na indignidade e perder o seu direito a ser pai” (Roudinesco, 2003, p. 41). Essas transformações permitiram o reconhecimento do papel da mulher na família. A ela, até então, era dado o lugar de receptora, de passiva. Ficava sob a sua responsabilidade cuidar da casa e dos filhos, que se tornaram importantes para a burguesia. Era ela também a responsável pelo desenvolvimento moral da criança e por prepará-la para a sociedade. Alienada de todas as transformações políticas e econômicas, cuidava apenas dessa microssociedade. Na consolidação do modo de produção burguês, fez-se necessária a separação do lar do lugar de produção com o deslocamento do trabalhador para as fábricas, empresas e escritórios. O lar burguês separou-se do campo de atuação da autoridade externa, da comunidade e do Estado. Com isso, o que acontecia dentro da família ficava restrito a ela mesma³.

O espaço da esfera íntima possibilitou o desenvolvimento do sentimento de família, a presença das crianças em casa. A própria criação da escola alimentou essa aproximação. Todavia, o coletivo não perdeu seu lugar, o desenvolvimento da família estava ligado ao desenvolvimento social, sendo eles complementares, não havia separação entre a esfera pública e a privada. Ariès salienta a importância da reputação para o futuro de um homem, suas amizades e relações sociais. Regras e padrões de conduta foram desenvolvidos e passados pela escola para que esse homem pudesse atender à demanda do Estado, criando meios de transmissão de valores e princípios morais propícios à burguesia.

Na família burguesa, a criança passa a ser o grande investimento, sua saúde e educação estavam relacionadas ao sucesso dessa instituição e, conseqüentemente, da nação. Muito se investiu com a finalidade de atingir esses fins, como o desenvolvimento das especialidades médicas, no intuito de atingir maior eficiência para que obtivesse melhores

² “Reinvestido em seu poder, o pai será então um pai justo, submetido à lei e ao respeitoso aos novos direitos adquiridos em virtude da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nessa perspectiva, o casamento mudou de natureza. Longe de ser um pacto da família indissolúvel e garantido pela presença divina, ele se torna um contrato livremente consentido entre um homem e uma mulher. Repousando no amor, dura apenas enquanto durar esse amor” (Roudinesco, 2003, p. 39).

³ A família se torna “avalista da moralidade, ela repousa na instituição do casamento monogâmico ao unir, por consentimento mútuo, um homem e uma mulher que privilegiam, ambos a inclinação espiritual sobre a paixão sexual... o marido enfrenta o mundo externo com uma reflexão ou sobre o mundo ou sobre si mesmo, ao passo que, no seio do lar, sua esposa, agora mãe goza de uma liberdade autêntica” (Roudinesco, 2003, p. 40).

condições de desenvolvimento das crianças. A educação dos filhos também representava grande investimento da sociedade, pais trabalhavam com a intenção de possibilitarem condições que não tiveram aos filhos. O diploma universitário expressa isso, a graduação dos filhos passa a ser entendido o sucesso da família.

O envolvimento materno se faz presente na família, isso foi possível em função do cerceamento dessa instituição dos demais grupos e do isolamento da mulher na sociedade, o excesso de responsabilidade materna teve como resultado a ansiedade e exigências inúmeras. “Com a ascensão da autoridade privada na família [...] as mulheres perderam o apoio da comunidade [...] as redes femininas deixaram de operar” (Poster, 1978, p. 189). Segundo Poster (1978), nesse período, não era tolerada a sexualidade infantil. Ao contrário disso, havia um esforço para dessexualizar as crianças, que “tinha de renunciar ao prazer do corpo a favor da afeição parental.” A autoridade parental era absoluta. Freud enfatiza que a cólera sentida pela criança por castrar seus impulsos sexuais foi internalizada como superego. A estrutura da família burguesa foi sedimentada sobre o amor e o ódio. No entanto, Freud defende também que partir do momento que o indivíduo consegue controlar a própria cólera para receber esse amor torna-se autônomo, passa a ser autoridade de si mesmo, capaz de enfrentar a sociedade capitalista.

Poster (1978) ressalta também a mudança de sentido para o vínculo conjugal, em que o afeto estimulado a partir do discurso do amor romântico torna-se motivação para o casamento. Esse movimento se inicia após a Idade Média e se expande ao longo do século XVIII, camuflando interesses econômicos por trás dessa união. Assim, com o surgimento do conceito de amor romântico, a partir do final do século XVIII, o ideal de maternidade acaba se transformando. Com a queda do poder patriarcal, as mulheres passam a ter um maior controle sobre a criação dos filhos. Nesse período, começa a ascender o papel da importância delas na formação dos filhos, com o advento da afetividade (Giddens, 1993). A função social da mulher era validada enquanto mãe, cabendo a ela todos os deveres e as obrigações na criação dos filhos.

Ao analisar o modelo de sociedade burguesa, Poster (1978) ressalta que a família passa a ser a responsável pelos cuidados físicos, pela educação e pela reserva afetiva da criança. Segundo ele, isso pode ser associado ao desenvolvimento da teoria freudiana, contemporânea do mesmo período, que compreende a importância da valorização do amor parental como fonte básica de nutrição, estruturação e sobrevivência do indivíduo na infância.

Por esses autores, pode-se afirmar que a família reproduz a ideologia de autoridade do sistema econômico, que impacta em todas as outras formas de ação humana. Por ser a família

a responsável em desenvolver a socialização primária do indivíduo, ela reproduz os papéis sociais determinados pelas demandas de organização da sociedade. Poster (1978) questiona o conceito de família para Freud que reduz o aspecto social priorizando o individual, apontando a incapacidade do psicanalista em desenvolver uma teoria social concisa, pois se além a justificar os aspectos sociais a fatores biológicos, reduzindo-os ao nível individual. Explica ainda que Freud, ao analisar a formação da criança se além ao modelo econômico da época, considerando apenas uma classe social, no caso, a burguesia, culminando em uma análise limitada da formação. “Deparamos assim com um círculo – um círculo de incompreensão, um círculo que reduz e distorce o poder explanatório da psicanálise, e que, em última instância, questiona os seus avanços em seu próprio baluarte da teoria da personalidade” (Poster, 1978, p. 23).

Poster (1978) utiliza vários autores para questionar a psicologia do ego proposta por Freud, que associava a autonomia individual à adaptação social. Ao estudar a teoria de Erik Erikson, considerado como um dos psicólogos do ego que aprofundou nesse estudo, relacionando o desenvolvimento do ego à experiência social, analisou a estrutura da mente condicionada a mudanças depois da primeira infância. “Erikson tentou suplementar a teoria de Freud de estágios psicossociais com uma teoria de estágios do ego e da sociedade” (Poster, 1978, p. 84). Erikson ao fazer um paralelo entre as fases de desenvolvimento infantil apresentadas por Freud nos estudos que fundamentaram a teoria dos estágios do ego, diferencia-se do criador da psicanálise ao afirmar que o processo de desenvolvimento do ego se estrutura apenas na juventude ao superar cada fase de vida, isso desde o nascimento, possibilitando a estruturação de um ego organizado; sua teoria considera todo o ciclo de vida do indivíduo⁴.

Poster (1978) se concentra na análise do desenvolvimento do ego para desenvolver uma teoria de desenvolvimento da família, afirmando a importância da contextualização social e cultural nessa formação. Segundo ele, Erikson havia descoberto que o ego, centro da individualidade, não poderia ser entendido se isolado dos outros e do mundo mais vasto a sua

⁴ “O primeiro estágio de Freud, a fase oral, era agora também e igualmente um período em que o ego estabeleceu uma atitude de confiança ou desconfiança em face do mundo. Se bem sucedido nesse período, o indivíduo terá para o resto da sua vida, e como uma espécie de possessão, um sentimento inconsciente de fé e otimismo, um sentimento de que o mundo é basicamente um bom lugar. De modo análogo ao segundo estágio freudiano, o anal, Erikson adicionou uma ‘idade de autonomia versus dúvida’; ao estágio edipiano de Freud, uma ‘idade de iniciativa versus culpa’; para o período de latência, uma idade de indústria versus inferioridade” (Poster, 1978, p. 85).

volta. O estudo do ego o levou diretamente ao estudo de “a interdependência da organização interna e social”. O ego nada mais era do que um precipitado de relações com os resíduos de identificações com outros num todo coerente (Poster, 1978, p. 87). Erikson, ainda em Poster (1978), ao falar de sua teoria do ciclo vital, demonstra brechas ao analisar, por exemplo, a generatividade, “necessidade do adulto guiar a geração seguinte”, ideal que nem sempre pode ser seguido. Nas sociedades aristocratas francesas do século XVII, o fato de a mãe dedicar tempo aos seus filhos fazia dela indigna de certa posição social. Isso contraria o pressuposto de que os pais guiavam as gerações seguintes, muitos deles deixavam esses cuidados para amas-de-leite ou criadas que ficavam responsáveis pela formação das crianças, o que posteriormente será demonstrado aqui através dos estudos de Ariés (1981).

Do ponto de vista do presente estudo, o perigo do generoso e humano intento de Erikson é que desvia a sua teoria do ciclo vital de uma análise crítica da estrutura da família a fim de aproximá-la de uma busca de unidade orgânica do indivíduo e do mundo. (Poster, 1978, p. 89)

Há dificuldade na busca de unidade para uma teoria da família ao desconsiderar os conflitos e as diferenças entre os vários tipos e modelos familiares, conforme se observa na teoria eriksoniana. Para Erikson, todas as famílias são funcionais, desde que formem indivíduos aptos a conviver em sociedade, mas esse indivíduo atua socialmente a partir de uma “escala de virtude”, o que acaba resultando em individualismo. A generalização do indivíduo como capaz e possuidor das mesmas condições para no mundo atuar, sem a compreensão de particularidades, de modo homogêneo, acaba por mais tarde reforçar a teoria da meritocracia. “O defeito, para Erikson, não está nas relações sociais ou na estrutura da família, mas no indivíduo” (Poster, 1978, p. 91).

De acordo com Poster, a grande falha na teoria de Erikson está em não relacionar os padrões do indivíduo com os da família e da cultura e que somente entendendo e explorando essa relação torna-se possível compreender a instituição familiar.

No essencial, porém, a teoria de Erikson naufraga ao tentar explicar mudanças históricas através da interação recíproca dos ciclos vitais individuais. Perdeu-se a força de transformações estruturais, como a revolução industrial, que nem sempre estão sincronizadas entre vários níveis da sociedade. (Poster, 1978, p. 97)

Para Poster (1978), o sociólogo Talcott Parsons, ao estudar a família, integra uma versão da psicanálise freudiana a uma visão cultural mais ampla, não valorizando apenas os

instintos, mas aprofundando as relações entre indivíduo e sociedade. “A família é o agente da socialização, o mecanismo principal para inculcar na nova geração os valores das mães e, portanto, assegurar a ordem social” (Poster, 1978, p. 98).

Parsons define a estrutura da família em relação à função básica de socialização, e minimiza a importância da reprodução. Argumenta que somente duas estruturas são essenciais à família: a hierarquia de gerações e uma diferenciação de agentes socializantes em figuras “instrumentais” e “expressivas”. (Poster, 1978, p. 99)

Parsons separa as funções dos pais de acordo com o sexo, pontua o pai como responsável pelo papel instrumental e prático, que obtinha ênfase na realização das tarefas, e a mãe pelo papel expressivo ligado aos afetos e às manifestações emocionais. Papéis que foram refutados por outros antropólogos como Margaret Mead, que provou que as mulheres também podem fornecer o papel estrutural. O sociólogo, assim como o psicólogo Erikson, acentuam importância aos aspectos sociais na formação psíquica do indivíduo. “O foco central no processo de socialização reside na internalização de cultura da sociedade [...]” (Poster, 1978, p. 100). O sociólogo considera as relações sujeito e sociedade, mas falha tanto ao desconsiderar a estrutura emocional inconsciente do indivíduo como influenciadora nessa relação quanto ao adotar a família burguesa como regra.

Roudinesco (2003) distingue três grandes períodos na evolução da família. Primeiramente, antes do século XVIII, a família “tradicional” servia para assegurar a transmissão de patrimônio. Em uma fase posterior, final do século XVIII, a família, tida como “moderna”, passa a ser afetiva, baseando-se no amor romântico. As relações de autoridade sociais também eram reproduzidas dentro da família, seja entre os papéis dos cônjuges e ou entre pais e filhos; a educação e a formação dos filhos estavam encarregadas aos pais. A partir de 1960, surge a família “contemporânea” cuja união é sustentada pelas relações íntimas e pela valorização da vida privada, gerando sofrimento, pois o indivíduo deixa de contar com o externo representado pelo divino ou pelo Estado, passando a ter que lidar com as próprias questões de forma solitária.

A mulher, na família burguesa, era trancafiada, resguardada, a fim de assegurar uma castidade como garantia de hereditariedade legítima, confiando isso aos filhos enquanto herança. A monogamia era necessária para garantir a terra e as posses. A mulher era responsável pela casa e pela educação dos filhos. O prazer sexual era secundarizado, pois a atividade sexual feminina se limitava à necessidade de procriação. Na família burguesa, a

sexualidade e a afetividade estavam separadas, as mulheres eram sagradas, não cabendo a elas os prazeres da carne.

Podemos considerar dois grandes papéis da família, inicialmente, como o primeiro lugar no qual o indivíduo se constitui como um ser relacional; posteriormente, ela determina o papel de formadora de opinião, formação, muitas vezes, até mais contundente do que a própria lei instituída em sociedade.

Para Roudinesco, a concepção de família para Freud está associada à ideia de amor romântico, que considerava que a existência do amor, do desejo e do sexo estivessem presentes na instituição casamento. Edward Shorter (1975) analisou a revolução sentimental que ocorreu pós-Revolução Francesa, passando a não aceitar mais casamentos com crianças com idades pré-púbere, mas também entre casais com grande diferença de idade, o que invocava um ato incestuoso, baseado na análise do complexo de Édipo feita por Freud.⁵ Esse tipo de aliança subentendia-se que estava realizando uma forma de vínculo parental, o que era inconcebível à época.

A concepção freudiana de família, como paradigma do advento da família afetiva, apoia-se em uma organização das leis da aliança e da filiação que, embora instituindo o princípio do interdito do incesto e da perturbação das gerações, leva todo homem a descobrir que tem um inconsciente e portanto que é diferente do que acreditava ser, o que o obriga a se desvincular de toda a forma de enraizamento. (Roudinesco, 2003, p. 89)

Ao considerar a existência do desejo e da pulsão humana, houve a necessidade de instituir uma interdição a esses aspectos para a composição de uma civilização, papel conferido pela família, especificamente ao pai para a instituição da lei, como dito aqui, representante do Estado dentro do âmbito familiar. Pela psicanálise, a sexualidade e a violência são consideradas as duas grandes pulsões humanas e, ao controlar a pulsão sexual, por exemplo, o indivíduo se castra, determina a si mesmo uma lei e age em consonância a isso. Esse indivíduo capaz de se limitar, controlando os próprios impulsos, é um indivíduo “domesticado”, apto a se submeter a longas jornadas de trabalho, capaz, muitas vezes, de manter relacionamento monogâmico, o que legisla uma sociedade.

⁵ No complexo de Édipo, “cada filho era chamado a se tornar rival de seu pai, cada filha a concorrente de sua mãe, e toda criança o produto de uma cena primitiva, lembrança fantasística de um coito irrepresentável.” O papel do Édipo em uma sociedade nada mais é do que “tornar ao mesmo tempo restaurador da autoridade, o tirano culpado e o filho rebelde. Essas três figuras são indispensáveis à ordem familiar” (Roudinesco, 2003, p. 87-91).

Estudando a família com sua importância enquanto instituição na construção social, cultural e histórica, e ao entender que grande parte da economia mundial está submetida ao sistema capitalista, sistema de classes, que foi representado aqui algumas vezes entre homem e mulher ou entre pais e filhos, sabe-se que a construção e a organização da família brasileira deu-se sobre os moldes do padrão patriarcal europeu. Isso faz com que, na sociedade contemporânea, seja necessário discutir os papéis de gênero e suas mudanças na formação desse novo indivíduo.

À medida que o pai foi diminuindo o seu poder dentro da família, o que ocorreu concomitantemente à conquista feminina de um espaço público cada vez maior, várias mudanças foram acontecendo. Inicialmente, a mulher adquiriu o direito de frequentar escolas, posteriormente de atuar no mercado de trabalho, mudança que consistiu no aumento da presença de famílias chefiadas por mulheres, seja pela troca de papéis com o homem que tradicionalmente assumia essa chefia na composição da família formada de uma união, seja na atitude feminina de construir uma família, por vezes numerosa, sem a presença masculina como parceiro. Essa alteração do papel da mulher também pode ser observada na renda da família, mesmo no caso de arranjo mais tradicional, em que o homem exerce o papel de chefe.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a sociedade contemporânea tem não só um novo, mas novos modelos de família, muitos deles resultantes da presença feminina ocupando um lugar ativo e com mais liberdade. Atualmente, é comum o surgimento cada vez maior de mulheres como chefes de família, assim como modelos diferentes do tradicional cuja estrutura é patriarcal. No Brasil, em 2000, o percentual de mulheres chefes de família era de uma em cada quatro famílias, que correspondia a 18,1% da população economicamente ativa.

Em face da realidade brasileira contemporânea, as relações de parentalidade estão sendo discutidas pela sociologia e pela psicologia devida à importância das estruturas parentais para a determinação do indivíduo e da sociedade. Na medida que a mulher conquista um novo lugar na sociedade e na família há uma ruptura ao modelo familiar patriarcal. Homem e mulher, antes, eram classificados como hierarquicamente diferentes e, por isso, ocupavam lugares e posições diferentes na sociedade. Isso vem se transformando na sociedade atual. Herdeiro de uma nova forma de a sociedade se organizar, pode-se, então, questionar quais mudanças essa transformação está gerando e poderão gerar a nesse novo indivíduo.

Uma das mudanças que pode ser percebida na sociedade contemporânea foi a forma de a família se organizar. Mas a organização burguesa da família ainda permanece como ideal, com a diferença que agora os papéis de gêneros estão sendo questionados e

ressignificados. Para Morgado (2004), o modelo familiar tradicional reproduz o sistema de classes existente na economia capitalista, criando uma divisão e separação dos papéis de acordo com o gênero, reproduzindo a ideologia patriarcal em âmbito social e privado. Ao homem era dado o lugar de autoridade, de chefe da família, de provedor, com livre acesso ao espaço público em suas diversas manifestações. À mulher restava a responsabilidade de cuidar dos filhos, da família, da casa e de todos os afazeres envolvidos a essa instituição.

Quando é dado ao homem um lugar de autoridade e de provedor e chefe da família gera-se prejuízo, pois o afastamento físico e emocional do pai dificultava o envolvimento afetivo com a própria família. Em contrapartida ao pai, à mulher, nessa família patriarcal, é dado o lugar ideológico de afeto, de educação e formação dos filhos, sendo ela responsável pelo bem-estar do lar. O prejuízo em relação a isso é a não participação da mulher na vida pública, além de outros limites impostos a ela socialmente.

Para Rocha-Coutinho (1994), dentro desse formato de estrutura familiar, as relações conjugais se configuram como esferas propícias à regulação e afirmação dos papéis hegemônicos do homem e da mulher, o que gera um ambiente capaz de desenvolver a crença dos direitos do homem sobre a mulher. Ao homem, chefe da família, era concedida uma licença social de posse sobre a mulher, de mando e desmando, como se ela pertencesse a uma classe inferior e fosse submissa a ele, gerando e multiplicando casos de violência masculina sobre a mulher (Saffioti, 1997). A violência contra a mulher foi pesquisada e escrita por vários outros autores e ainda é objeto de estudo, é ela reflexo de uma estruturação política e econômica que outorgava o poder ao homem, como foi dito.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a estrutura da família se modifica, já que ela passa a conquistar cada vez mais o lugar que antes era ocupado apenas pelo homem. Ao começar a participar da economia social e familiar, a mulher adquire direitos e desenvolve novos papéis. Essas mudanças geraram e vem gerando o empoderamento feminino que está se reproduzindo tanto para demandas sociais quanto para físicas. A mulher passou a reivindicar não só um espaço social, mas o domínio do próprio corpo.

A inserção da mulher no mercado de trabalho foi marcada por grandes desigualdades sociais e sexuais, o que gerou diferença na forma de exercer a maternidade. Uma dupla jornada feminina foi criada: trabalhar fora e cumprir as funções no lar, mudança que será melhor explorada no terceiro capítulo. A partir do século XX, com a possibilidade de a mulher ter formação profissional, ela começa a ocupar cada vez mais os espaços públicos, ao mesmo tempo mantendo os cuidados com a família. Nesse contexto, houve questionamento sobre a questão de ser mãe. Na modernidade, métodos contraceptivos reforçam a reflexão

sobre a maternidade, possibilitando uma maior liberdade de escolha entre ser ou não mãe. Isso demonstra liberdade sobre o próprio corpo e o destino da mulher.

Após as mudanças no formato da família se organizar, vários estudos atestam outras formas de convivência e estruturação da família moderna, os papéis de gênero, suas influências e configurações (Morgado, 2004). Na família patriarcal, as antigas formas de se relacionar vão de encontro com os novos padrões, diferenças que geraram conflitos quanto aos papéis masculino e feminino dentro e fora da família. Na família contemporânea, a mulher passa a assumir uma dupla jornada de trabalho, tentando “equilibrar” família e trabalho e não se culpar pelo menor investimento ao lar e aos filhos, e o homem passa a ter que lidar com a autonomia da parceira e com a necessidade de assumir uma postura mais afetiva em relação aos filhos (Rocha-Coutinho, 2003).

A busca de reequilíbrio dos papéis, principalmente do masculino, é discutida por alguns autores em termos de crise de identidade de gênero ou, mais especificamente, crise da masculinidade (Nolasco, 1997). Na medida em que a reestruturação das relações de gênero no ambiente familiar implica na perda (real ou aparente) de poder por parte do homem, esse, já autorizado socialmente a controlar sua esposa, pode reagir à suposta ameaça de “desmasculinação” fazendo uso de violência como forma de reverter essa situação (Araújo, 2005).

Ariès (1981) demonstra as várias mudanças que a família vem passando desde a sua formação. Afirma que a família moderna substituiu as antigas relações sociais permitindo que o homem escapasse da solidão moral. Vários movimentos são percebidos na história da família, em que sempre houve um trânsito do indivíduo da esfera pública para a privada, o que demonstra que ambos se relacionam. Observa-se que o modo de produção de cada sociedade influencia na formação e na organização da família e, conseqüentemente, no próprio indivíduo.

A primeira função da família seria, a partir do matrimônio, garantir a reprodução humana. Na sociedade moderna, essa função começa a se perder na medida em que o indivíduo passa a desejar, além da procriação, o afeto, sentimento considerado somente após a Idade Média. Na modernidade, as relações são assentadas e validadas pelo desejo.

A partir das transformações sociológicas que afetam a família na atualidade, mudanças no nível jurídico também estão sendo concebidas. Tais mudanças têm trazido diversas configurações que destoam do modelo tradicional patriarcal. O afeto continua sendo a base do que é entendido por família. Os novos arranjos são sustentados sobre esse sentimento. No mundo contemporâneo, a família não é mais identificada e constituída pelos contratos,

acordos ou pela necessidade ou desejo de procriação, o afeto torna-se a única alusão para que essa formação ocorra.

Romanhol (2013) observa que a família contemporânea se organiza a partir de múltiplas configurações, tais como as famílias nucleares, monoparentais, homoparentais, recasadas dentre outras. As transformações sociais influenciam nesses formatos. No modelo de família tradicional, a rigidez prevalecia em relação os papéis sociais, às regras, aos limites, à transmissão de valores. Na família contemporânea, a rigidez se desfaz no âmbito das relações familiares, podendo-se observar um declínio da autoridade paterna paralelamente à emancipação feminina.

Novos arranjos familiares se desenvolvem na família contemporânea, muitos influenciados pelas lutas feministas em prol da emancipação da mulher. Alguns desses novos formatos podem ser vistos na família monoparental, homoafetiva, famílias recompostas ou reconstituídas. A família monoparental, no Brasil, é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. Essa formação pode ser decorrente de viuvez, divórcio, adoção de filho por pessoa solteira e, atualmente, também por inseminação artificial. Esse modelo ganhou notoriedade a partir da década de 1970, após a aprovação da Lei do Divórcio que ocorreu em 1977. Com o crescimento dos divórcios, novos arranjos familiares foram se constituindo.

A monoparentalidade se impôs no Brasil como fenômeno social nas últimas décadas do século XX. A partir da década de 70, verificou-se um maior número de divórcios, que é uma das causas da monoparentalidade, tendo como um contingente expressivo, as famílias chefiadas pelas mulheres. (Souza, 2014, p. 7)

A família homoafetiva é formada pela união de duas pessoas do mesmo sexo. Essa união foi regulamentada no Brasil em 2013, permitindo ao casal estabilidade jurídica e obtenção de algumas seguranças. Até 2017, em todo o país, houve 15 mil registros desse tipo de união e, segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há mais de 60 mil casais homoafetivos vivendo juntos, desses 53% são formados por mulheres.

Ao considerarmos o afeto como sentimento-base na forma de as pessoas se relacionarem na contemporaneidade, visto que os papéis vão deixando de ser estabelecidos de acordo com o sexo do genitor, deve-se pontuar como e quem está sendo responsável pela reserva afetiva dos filhos. Pegando como amostragem uma família de estrutura patriarcal, na

sociedade contemporânea, o pai já não é o único provedor financeiro, perdendo conseqüentemente parte da sua autoridade, e a mãe, anteriormente responsável pela reserva afetiva, passa a dedicar ao exercício de uma profissão além da família. Nesse sentido, é importante avaliar se essa nova configuração familiar não está gerando desamparo ao indivíduo moderno.

2. Reflexões acerca do Conceito de Autonomia: Confrontando a Perspectiva da Emancipação Feminina

2.1. A ciência como precursora do esclarecimento e da possibilidade de autonomia

Na Idade Média, a existência humana era reconhecida como produto final da existência vertical de um ser superior, de “Deus”, fonte de todo poder e autoridade sobre as coisas. A vida, o destino, o conhecimento, as relações entre os homens estariam vinculados a essa superioridade. Todavia, na modernidade, as relações humanas passaram a ser de outra ordem. O poder, antes divino, foi transferido ao indivíduo, nele reconhecendo limite e potência de si. De acordo com a definição de que autonomia é poder dar a si a própria lei, Descartes (2001), primeiro grande filósofo moderno, defende que o conhecimento verdadeiro não seria mais aquele avalizado por autoridades intelectuais ou religiosas, mas aquele que a evidência racional reconhece como tal. A semente da dúvida, do questionamento foi, então, plantada. Isso marca o primeiro passo para a construção de uma nova concepção de conhecimento e, conseqüentemente, de autonomia, estabelecida numa relação entre dever e obrigação moral no que se refere às ações.

Em 1937, Horkheimer escreve o verdadeiro manifesto da Escola de Frankfurt – Teoria Tradicional e Teoria Crítica –, fazendo um contraponto à filosofia de Descartes. Filósofo considerado o responsável pela ruptura com o universo medieval, que acreditava que a verdade era obtida através de Deus, o grande detentor do conhecimento. O homem ao se emancipar da igreja, sustentado no positivismo – corrente filosófica que defendia que somente o conhecimento científico era verdadeiro, desconsiderando qualquer explicação religiosa ou sobrenatural – rompe com o mito, introduzindo o pensamento como representação humana sobre o saber, “Penso, logo existo”.

Em *Dialética do Esclarecimento*, autores da primeira geração da Teoria Crítica como Adorno e Horkheimer (1985) demonstram o sentimento de desencantamento que ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial, resultante do processo histórico de separação entre cultura e natureza. Processo analisado e percebido desde as sociedades indígenas, dando início à divisão do trabalho que possibilitou a dinâmica de dominação. Nomear a natureza como desconhecida, como algo que se pretende desvendar, como aquilo que é novo, gerou angústia e insegurança, conseqüentemente, resultou em medo, sentimento que foi capaz de motivar a descoberta, a revelação, acarretando ao homem o anseio em interpretar a natureza da qual faz

parte. No entanto, seu alcance limitado pelo aspecto individual gerou o nascimento do mito⁶.

O mito tinha a função de explicar ou simbolizar tudo dentro de uma sociedade específica, sendo contextualizado, detinha o poder de explicar o que a ciência ainda não tinha explicado, era uma tentativa de dar respostas. Com Platão iniciou-se o processo científico de superação dos mitos, a filosofia surge como ciência que tentava explicar o mundo de uma forma objetiva, superando o misticismo apoiando na ciência como resposta, deixando de se identificar com o mundo, pois ao estudá-lo separava do mesmo, o que abriu o caminho para a dominação.

O Iluminismo, movimento que surgiu na França no século XVII, e defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica, enfraqueceu o poder da igreja por defender a existência de uma sociedade racional⁷. Esse período foi marcado pela ênfase no método científico, rejeitando outras formas de compreensão da realidade, minando o poder da monarquia e da igreja e preparando o terreno para reformas políticas dos séculos seguintes. Tamanha foi a ausência de discurso diferente do científico, juntamente com a defesa da objetividade, que acabou gerando um sentimento crescente de desencantamento. O conhecimento, assim, se tornou grande fonte de poder⁸.

Immanuel Kant, filósofo iluminista, em *Crítica da Razão Pura*, desconsidera a história e tudo que pode ser contraditório, relaciona as ações humanas à autonomia da vontade, defendendo que a compreensão só é possível através da moral, campo considerado independente da ciência (Kant, 2003). Em *Que é Esclarecimento?* afirma que todo indivíduo é capaz de alcançar a autonomia, ou seja, de dar direção à própria vida (Kant, 2010). Para ele, o esclarecimento seria a saída para a menoridade, entendida como incapacidade de fazer uso do entendimento sem a direção do outro. Pensar e criticar exigem habilidades das quais Kant entendia como necessárias ao esclarecimento. Para isso, a preguiça e a covardia deveriam ser superadas, bem como deveria haver liberdade de fazer uso público da razão. Contudo, muitas

⁶ “Mitos são narrativas utilizadas pelos povos gregos antigos para explicar fatos da realidade e fenômenos da natureza, origens do mundo e do homem que não eram compreendidos por eles [...]. Um dos objetivos do mito era transmitir o conhecimento e explicar fatos que a ciência ainda não havia explicado [...] também pode ter a função de manifestar alguma coisa de forma forte ou de explicar os temas desconhecidos e tornar o mundo conhecido ao Homem” (Recuperado de <https://www.significados.com.br/mito/>).

⁷ “Os pensadores que defendiam estes ideais acreditavam que o pensamento racional deveria ser levado adiante substituindo as crenças religiosas e o misticismo, que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem. O homem deveria ser o centro e passar a buscar respostas para as questões que, até então, eram justificadas somente pela fé” (Recuperado de <https://m.suapesquisa.com/historia/iluminismo>).

vezes, essa ação é impedida por uma regra, por uma lei social, pois fere o direito do outro. O princípio de liberdade inclui o indivíduo e o outro, já que não tem como ser livre quando essa liberdade ameaça o social.

Para Rousseau (1995), a liberdade deve existir para si e para o outro. Nesse caso, deve haver a valorização da própria individualidade como forma de preservação de liberdade para a formação do ser autônomo. Kant concorda com o conceito de liberdade desenvolvido por Rousseau, mas modifica-o para autonomia da vontade, convidando os homens a pensar com liberdade e agir com autonomia. De acordo com Kant, o sujeito alcança a liberdade quando em seu processo de constituição e formação percebe a necessidade da aprendizagem e do conhecimento para sobreviver em sociedade.

A liberdade encontra sua natureza e razão de ser no confronto com o caráter público e social da existência humana na ordem civilizatória. É no espaço de convivência que as regras podem ser constituídas, acordadas e transformadas de modo a garantir condições de vida e liberdade para todos. (Roure, 2009, p. 115)

Kant (2003) também refere à autonomia no contexto social. Para ele, ela deve compor o caráter genérico do homem e ser exercida na totalidade da qual o indivíduo é constituído. Afirma que não é a autoridade externa que constitui a autonomia do indivíduo, pois as exigências morais são impostas a ele. “Somente aquilo que faz sentido pro ser, dentro do seu contexto social-histórico é internalizado. A estrutura da sociedade deve refletir e expressar a capacidade moral comum e igual de seus membros” (Kant, 2003, p. 371).

Baseada na afirmação de Kant, é possível questionar se existe um verdadeiro esclarecimento, se há a possibilidade de um esclarecimento completo, pois o principal sistema político econômico que rege a humanidade – o capitalismo – utiliza a informação como forma de manipulação e manutenção de ideologia. Num mundo que só se desenvolve impondo aos homens a menoridade, quais seriam as possibilidades de autonomia? Seria possível obter autonomia em uma sociedade de classe, em que a autoridade sobrepõe à minoria controle e manipulação? A partir da afirmação de que a aprendizagem e o conhecimento são condições para a sobrevivência em sociedade, em uma sociedade que têm o conhecimento como facilitador do processo formativo, as pessoas que não têm acesso à educação estão desprovidas da possibilidade de liberdade e de autonomia.

Kant (2003) afirma que a lei moral é a expressão da autonomia da razão prática pura, ou seja, da liberdade que representa a “condição formal de todas as máximas” (Kant, 2003, p. 36) que, por sua vez, necessita de liberdade para que haja concordância com a lei prática

suprema. A primeira máxima para Kant retrata que a ação pessoal do indivíduo deve poder ser transformada em lei universal. A segunda defende que essa ação pessoal deve considerar o outro como tendo finalidade em si mesmo. Para ele, o princípio da moralidade deve residir na vontade humana autônoma. E o princípio da autonomia deve ser estabelecido numa relação de dependência através do “dever” moral que norteia as ações.

Quando a matéria do querer é representada por um desejo e se liga ao dever, a heteronomia do arbítrio resulta da escolha do sujeito agente por máximas de ação, as quais dependem da lei natural de seguir um impulso ou uma inclinação qualquer.

A ética de Kant assemelha-se aos juízos estéticos quando ela trata do individual e do coletivo, já que não existe uma moral universal, cada um tem necessidades e desejos próprios, alguns são comuns porque são instituídos socialmente. Desejos comprados não são verdadeiramente puros. Só é possível falar em ética quando parte do eu é constituído em grupo, em sociedade, com suas regras e normas, com um querer e seus desejos. Kant introduz a isso uma ordem simbólica autônoma, pois a moral passa pelo simbolismo humano. As próprias leis e regras em uma sociedade são resultantes de experiências, significações, necessidades e interesses.

A maioria para Kant advém da superação da menoridade ilusória infantil, ilusão que dá espaço para o desenvolvimento da alienação. A razão institui deveres que são submetidos à moral, que deve ser praticada em nome da lei, designada como dever, considerada mais um princípio do que um fim em si mesmo. A moral deve ser emancipada por meio da validação do bem a que ela serve e não como um propósito. Kant projeta esperança no homem moderno na medida em que supre do próprio individualismo, alcançando a condição de cidadão, agente político e social.

Todavia, para Adorno e Horkheimer, o racionalismo de Kant defendia o fato de a razão servir como instrumento de separação do homem da natureza, sendo utilizado apenas para dominá-la. Desencantados com o avanço do pensamento autoritário no mundo ocidental a partir de 1923, esses autores, implicados na luta pela autonomia e independência do pensamento, se reuniram no Instituto para a Pesquisa Social em Frankfurt. Eles pretendiam compreender, interpretar e criticar a sociedade em seus fundamentos objetivos e subjetivos e as consequências disso para a constituição da humanidade, formando o corpo da Teoria Crítica da Sociedade.

Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que a meta do esclarecimento era dissolver os mitos e prover o saber, única forma de emancipação. Bacon, na mesma obra, coloca que a relação que o indivíduo tem com o conhecimento também é patriarcal, pois o ser que obtém o

saber é livre, emancipado, nada o submete. Coloca ainda que os mitos só são superados com a existência do pensamento, o que gera poder, portanto, liberdade. Nesse sentido, a emancipação reconhece o poder, seja pelo saber, seja por outro qualquer como chave de todas as relações.

O “esclarecimento” criticado por Frankfurt, nesse sentido, se constitui de uma série de fenômenos modernos, dentro dos quais encontramos o processo de *racionalização*, que rompe com a tradição e faz com que os hábitos de vida modernos sejam guiados pela lógica do cálculo e da previsibilidade; a *desmitologização do mundo*, que leva o homem moderno a deixar de lado suas crenças antigas, levando-o a apostar tão-somente nas crenças baseadas na razão; a *matematização do conhecimento*, que considera como conhecimento válido apenas aquilo que é comprovado e testado segundo a lógica racional da ciência moderna; o *saber como aparato de dominação*, visto que os detentores do domínio racional no tempo moderno executam a prática de dominação política e econômica sobre o mundo, de modo que poder e conhecimento aparecem como sinônimos; a *alienação do indivíduo*, levando o sujeito moderno à condição de refém da técnica racional como verdade; a *universalização do fetiche*, com os homens deixando-se enganar pela aparência da sociedade capitalista e do seu meio de produção e exposição do seu estilo de vida; e a *exacerbação da técnica*, fazendo com que os métodos burocráticos e tecnicistas, baseados na racionalidade, no cálculo e na disciplina, sejam tidos como os mais corretos no desenvolvimento das diretrizes modernas. (Ferreira, 2008, p. 333)

Adorno e Horkheimer criticam a razão instrumental decorrente da racionalidade do “esclarecimento”, que é quantificadora, proveniente da lógica capitalista. Asseguram que o esclarecimento isolado gera uma pseudoliberalidade, pois considera apenas a ciência instrumental. Ao dominar o saber científico, o homem passa a dominar a natureza, desidentificando-se com ela, utilizando-a para obtenção apenas de lucro.

O simbolismo desta construção se representa através de dois heróis fundadores da sociedade burguesa, visto as suas posturas se revelarem por meio da objetividade, característica marcante desta sociedade. Na era industrial, o progresso constante é fator fundamental para o desenvolvimento da vida social. Contudo, a valorização frenética pelo desenvolvimento significa o empobrecimento do pensamento bem como da experiência, pois a limitação do pensamento à organização e à administração inclui também a limitação do espírito. Como efeito das condições de trabalho nesta sociedade, força-se o conformismo e a impotência dos trabalhadores, levados a condições mecânicas de trabalho. (Ferreira, 2008, p. 334)

A sociedade administrada se expandiu para os diversos espaços em que o homem circula, a objetivação que estrutura a ciência e os mecanismos do sistema econômico

estruturalista transformaram os modos de organização e relacionamento social, atingindo o lazer e todas as buscas humanas. A psicanálise trabalha com o conceito de falta, iminente ao humano, o sistema econômico se serve desse sentimento motivando o indivíduo a se movimentar, a consumir e a reproduzi-lo. Vale lembrar que a psicanálise surge na modernidade, quando ocorre o rompimento com o discurso teológico e quando o método científico, racional, passa a atuar. A razão aparece nesse momento como o saber capaz de responder e suprir qualquer falta. O sujeito da psicanálise é o sujeito do desejo, estabelecido por Freud mediante a noção de inconsciente, marcado e movido por essa ausência. Esse sujeito se constitui por sua inserção em uma ordem simbólica que o antecede, atravessado pela linguagem, tomado pelo desejo de um outro ser e mediado por um terceiro. Atualmente, nessa noção de sujeito de desejo proposta pela psicanálise, pode-se identificar um sujeito à mercê de um outro mal-interditado, pouco marcado por uma falta simbólica e, portanto, imaginariamente passível de completude, o que torna o sujeito suscetível à objetualização (Torezan & Aguiar, 2011).

Esclarecimento é a saída dos homens de sua auto-inculpável menoridade. Este programa de Kant, que mesmo com a maior má vontade não pode ser acusado de falta de clareza, parece-me ainda hoje extraordinariamente atual. Já democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento. (Adorno, 2006, p. 168)

O termo sujeito serve para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua. Para Adorno, não existe um sujeito preestabelecido do qual emanariam as relações de poder. O sujeito do conhecimento é produzido pelas relações de poder, ou melhor, o termo sujeito é um enunciado social, um composto histórico. É possível dizer que o processo da construção da consciência perpassa pela compreensão do externo que foi internalizado, então conhecer a sociedade se torna o caminho para essa emancipação.

A autonomia é construída e desenvolvida na relação e diferenciação desse indivíduo com o seu meio, e a partir desse ponto pode-se escolher e construir o poder de dar a si a própria lei. Vários autores ao longo dos séculos vêm discutindo o conceito de autonomia no desenvolvimento humano, explorando que ela mesma condiciona a lei a qual se submete.

2.2. A educação como possibilidade de emancipação

A Escola de Frankfurt em sua primeira geração composta por Horkheimer, Adorno, Benjamin, Marcuse e outros procurava entender a ascensão do nazismo e o fim do sonho revolucionário. Os autores dessa geração propuseram uma crítica à sociedade influenciados pela análise política e econômica de Marx, associada à compreensão psicanalítica proposta por Freud sobre o indivíduo. O surgimento dessa escola estava relacionado à esquerda que emergiu na Europa no período entre as duas grandes guerras, sua principal base estava associada à crítica sobre as ideologias que alienavam a sociedade. Acreditavam na dialética hegeliana⁹ que ocorria no mundo das ideias inicialmente. Essa forma de pensar não separava o sujeito do objeto como em Kant, havendo a comunicação entre ambos. Para Hegel, as transformações sociais iniciavam no mundo das ideias e posteriormente na vida material.

Segundo a teoria psicanalítica de Freud, a sociedade tem tendência natural à barbárie. Adorno, um dos estudiosos da Teoria Crítica, ao utilizar essa teoria, defende o papel da educação em impedir a barbárie.¹⁰ Adorno (2006) fala que a civilização produz e reforça a barbárie, concorda que a valorização da primeira infância, fase da formação do caráter, é de suma importância para processo civilizatório e formativo. O indivíduo civilizado é aquele que tem uma formação crítica e autônoma, processo que perpassa pela educação e pelo esclarecimento da sociedade, possibilitando, assim, a assimilação de suas condições sócio-históricas de forma crítica.

⁹ “Hegel foi o maior expoente do ‘idealismo alemão’, que, como decorrência da filosofia kantiana e, em oposição a ela, fato que começou com Fichte e Schelling, desenvolve muito de seu pensamento. Esses dois pensadores tinham procurado tratar a realidade como baseada num só princípio, para superar o dualismo de sujeito e objeto, estabelecido por Kant, segundo o qual só era possível conhecer a aparência fenomenológica das coisas, não sua essência. O princípio básico do idealismo está no próprio homem (na subjetividade), ou seja, se encontra a realidade através do homem e é ele quem ‘define a realidade’. A grosso modo o oposto do idealismo é o materialismo. Mas, para Hegel, o fundamento supremo da realidade não era esse e também não podia ser o ‘absoluto’ de Schelling nem o ‘eu’ de Fichte e sim a ‘ideia’, que se desenvolve numa linha de estrita necessidade. A dinâmica dessa necessidade não teria sua lógica determinada pelos princípios de identidade e contradição, mas sim pela ‘dialética’, realizada em três fases: tese, antítese e síntese. Assim toda realidade primeiro ‘se apresenta’, depois se nega a si própria e num terceiro momento supera e elimina essa contradição. Dessa maneira, para Hegel, a dialética é o único método de garantir o conhecimento científico do absoluto e de ‘elevar’ a filosofia à ciência, onde a verdade pode receber a forma rigorosa do sistema de cientificidade [...] Hegel se remete à dialética clássica, mas conferindo movimento e dinamicidade às essências e aos conceitos universais que, já descobertos pelos antigos, haviam porém permanecido com eles em uma espécie de repouso rígido, quase solidificados. O coração da dialética se torna assim o *movimento*, e precisamente o *movimento circular* ou *em espiral, com ritmo triádico*” (Recuperado de <https://www.benitopepe.com.br/2010/03/28/dialetica-hegeliana/>).

¹⁰ “Barbárie é a condição daquilo que é selvagem, cruel, desumano e grosseiro, ou seja, quem ou o que é tido como bárbaro. A barbárie pode ser interpretada como uma ação de extrema violência e agressividade, com o único objetivo de afetar diretamente a paz e a tranquilidade de determinado grupo [...]. Quando não há uma ordem social, a desordem criada proporciona o aumento das agressões e violência gratuita entre os indivíduos levando, por sua vez, a situações drásticas” (<https://www.significados.com.br/barbarie/>).

Adorno (2006), em *Educação e Emancipação*, ao analisar as causas da barbárie e da violência que ocorreram em Auschwitz¹¹, utiliza a teoria psicanalítica de Freud que defende que o processo de fortalecer os laços sociais e superar a anticivilização passa pela necessidade de tornar consciente as motivações que fazem com que o indivíduo seja capaz de cometer esse nível de violência. Explica que ao tornar consciente os mecanismos que induzem o indivíduo a cometer tais atos, surge a possibilidade de impedir a sua repetição. Fala da necessidade de se desenvolver uma consciência para que as pessoas não atentem contra elas mesmas. A partir desse ponto, valida a importância da educação como meio para desenvolver a crítica e, conseqüentemente, a consciência, sobretudo a consciência crítica. De acordo com o filósofo, “o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressão kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não-participação” (Adorno 2006, p. 170).

Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que em toda a sociedade existem pessoas com tendências sádicas reprimidas; fatores patogênicos que geram uma predisposição à violência. Citam que vários algozes presentes nos campos de concentração eram filhos de camponeses, pessoas que não tiveram acesso à educação ou que não tiveram figuras de referência ética com a qual se identificar, justificando a probabilidade para agirem inconscientemente. “Em cada situação em que a consciência é mutilada, isto se reflete sobre o corpo e a esfera corporal de uma forma não-livre e que é propícia à violência” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 179). Acrescentam, utilizando estudos da psicologia, que ao analisar a ideia de virilidade, qualidade exigida a um líder, ou figura masculina de poder, essa característica estava vinculada à capacidade de suportar a dor, traço sádico que desenvolve uma indiferença ao lidar com várias formas de sofrimento.

Além de afirmarem a importância da consciência e da crítica no combate à violência e à barbárie apontam a importância em dissolver qualquer tipo de autoridade não esclarecida, desde a primeira infância, “a criança não pode ser nem submetida autoritariamente à violência, nem submetida à insegurança total pelo fato de não se oferecer a ela nenhuma

¹¹ “O complexo dos campos de concentração de Auschwitz foi o maior dentre os estabelecidos pelo regime nazista. Ele incluía três campos principais e seus prisioneiros eram utilizados no trabalho escravo. Um dos campos também funcionava como centro de extermínio. A construção de Auschwitz (aproximadamente a 60 km a oeste da Cracóvia, na Polônia) começou em maio de 1940. Estima-se que, entre 1940 e 1945, As SS e a polícia alemã deportaram no mínimo 1.3 milhão de pessoas para o complexo de Auschwitz e que, daqueles prisioneiros, as autoridades dos campos assassinaram 1.1 milhão de pessoas” (Recuperado de <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/auschwitz>).

orientação” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 171).

[...] existe uma razão objetiva da barbárie, que designarei bem simplesmente como a da falência da cultura. A cultura, que conforme sua própria natureza promete tantas coisas, não cumpriu a sua promessa. Ela dividiu os homens. A divisão mais importante é aquela entre trabalho físico e intelectual. Deste modo ela subtraiu aos homens a confiança em si e na própria cultura. E como costuma acontecer nas coisas humanas, a consequência disto foi que a raiva dos homens não se dirigiu contra o não-cumprimento da situação pacífica que se encontra propriamente no conceito de cultura. (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 170)

Segundo os autores, nos estudos da psicóloga Else Frenkel-Brunswik (1950), concluiu-se que crianças bem-comportadas desenvolvem autonomia, processo denominado por Freud como normal, pois inicialmente se identificam com uma figura de autoridade a quem obedecem, papel exercido primariamente pela função paterna. Com isso, interiorizam a regra, a lei, para posteriormente desenvolverem ideais que permitirão a consciência crítica e assim a emancipação. Pode-se concluir que para se emancipar é necessário primariamente se identificar com algo, e que com acesso à educação, à consciência, à crítica, torna-se possível um processo de esclarecimento que possibilitará emancipação.

Adorno e Horkheimer afirmam que a emancipação almejada é resultante da descoberta da identidade, mecanismo possibilitado por meio da identificação com a autoridade e uma posterior dissolução com ela. Ao analisar a figura de autoridade presente nas escolas, no caso os professores, esses autores afirmam a necessidade da existência dessa figura, que tem que se fazer desnecessária para que os alunos se tornem autônomos.

O apelo à emancipação pode ser uma espécie de disfarce da manutenção geral de um estado de menoridade, e porque é muito importante traduzir a possibilidade de emancipação em situações formativas concretas [...] a emancipação precisa ser acompanhada de uma certa firmeza do eu, da unidade combinada do eu, tal como formada no modelo do indivíduo burguês. (Adorno, 2006, p. 171)

Adorno, ao falar sobre emancipação afirma que o indivíduo não é educado para ela. Ao analisar os tipos de escola, considerada segunda instituição formadora, ao separar as possibilidades de cada aluno, já se determina uma capacidade inicial de atingir a maioridade, conceito já discutido por Kant. Ainda pontua que os cristãos são impossibilitados de atingir a

autonomia¹², visto que a própria ciência, com seus mecanismos de controle, impedem a crítica e o desenvolvimento de uma emancipação. Questiona que “o simples fato de a adaptação ser o êxito principal da educação infantil já deveria ser motivo de reflexão” (Adorno, 2006, p. 180).

A necessidade de controle social gera contradição, o que comprova que a forma de a sociedade se organizar não permite a formação da autonomia¹³.

O motivo evidentemente é a contradição social; é que a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isto ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência. (Adorno, 2006, p. 180)

Para Adorno, a emancipação não se refere apenas ao indivíduo como entidade isolada, mas fundamentalmente como um ser social. Ela é pressuposto da democracia e se funda na formação da vontade particular de cada um. É preciso supor, para evitar um resultado irracional, que cada um possa se servir de seu próprio entendimento. A emancipação é formação para a autonomia, mas ela só se realizará se atingir o âmbito social. Na sociedade, a mudança individual não provoca necessariamente a mudança social, mas esta é condição daquela. A educação deve contribuir, portanto, para o processo de formação e de emancipação, contribuindo para criar condições em que os indivíduos socialmente conquistem a autonomia.

Ao tomar a educação como pressuposto para a emancipação, pode-se fazer uma análise crítica a seu respeito, pois em uma sociedade repressiva, de classes, que inicialmente impede o indivíduo, muitas vezes, até mesmo de estudar, a emancipação se torna impossível.

¹² "Afiml o que significa 'autonomia'? Nominalmente significa autolegislação, legislação para si próprio" (Adorno, 2006, p. 172).

¹³“Quero atentar expressamente para este risco. E isto simplesmente porque não só a sociedade, tal como ela existe, mantém o homem não-emancipado, mas porque qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação — evito de propósito a palavra ‘educar’ — é submetida a resistências enormes, e porque tudo o que há de ruim no mundo imediatamente encontra seus advogados loquazes, que procurarão demonstrar que, justamente o que pretendemos encontra-se de há muito superado ou então está desatualizado ou é utópico. Prefiro encerrar a conversa sugerindo à atenção dos nossos ouvintes o fenômeno de que, justamente quando é grande a ânsia de transformar, a repressão se torna muito fácil; que as tentativas de transformar efetivamente o nosso mundo em um aspecto específico qualquer imediatamente são submetidas à potência avassaladora do existente e parecem condenadas à impotência. Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter esta impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz” (Adorno, 2006, p.181).

A questão é: Seria possível atingir a educação para a emancipação? Aqui chega-se a uma variável a mais para a possibilidade de formação para a autonomia, Adorno contribuiu bastante com isso ao considerar a importância da educação para o desenvolvimento da crítica e possibilidade de emancipação. Contudo, ao analisar o contexto econômico capitalista que reprime, impede e não dá condições democráticas para o aprendizado de todos, o que se evidencia é uma omissão das diferenças sociais na constituição do indivíduo, como se ele não estivesse inserido em uma sociedade. Faz-se necessário perceber a totalidade da sociedade capitalista que impossibilita os seres de serem autônomos.

Adorno, ao pesquisar sobre educação para emancipação, afirma que a emancipação combate a barbárie, justifica isso ao explicar que a sociedade capitalista amplia cada vez mais o processo de mercantilização e burocratização das relações sociais, bem como o da competição em todas as esferas sociais, produzindo uma sociabilidade e uma mentalidade adequadas e reprodutoras desse processo (Viana, 2005).

A questão que se anuncia é: estando a autoridade implicada na formação humana, qual a possibilidade de autonomia para a mulher, visto que ela se encontra duplamente enredada na questão da autoridade. Primeiramente, no processo formativo, a mulher já se insere no registro da lei, da autoridade legítima propriamente dita e que deve ser superada em favor do esclarecimento. E também porque se vê implicada nas relações autoritárias, mascaradas por processos de “legitimação” demarcados por gênero e pelas demais formas de preconceito embutidos no chamado “papel social”. Visto que a autonomia é desenvolvida através da identificação, por fazer sentido pessoal, e uma posterior diferenciação, a qual o indivíduo atua ao assimilar esses valores. Pode-se concluir que a autonomia feminina não se realiza em uma sociedade que ainda subjuga a mulher.

2.3. O lugar de autoridade na sociedade capitalista como reprodutora da separação entre os gêneros

Roure (2009) afirma que se forem confrontados os conceitos de autonomia e de autoridade corre-se o risco de perder o sentido tanto de um como de outro. No senso comum, em geral, erroneamente, a compreensão de tais conceitos se dá sob a relação de exclusão ou de puro antagonismo, sendo que a autoridade passa a representar a negação da autonomia e dos princípios que a norteiam, em especial quando se atenta para a questão da liberdade. Confundir autoridade com autoritarismo ou violência ou tirania, tomando como iguais as concepções de liberdade e de autonomia significa esvaziar a compreensão e a construção

filosófica e histórica dessas categorias, ainda que se atentando para as diferentes teorias que as possam informar (Roure, 2009).

O conceito de autoridade muda conforme o contexto social e o momento histórico em que se apresenta. Exemplo disso é que pode existir uma autoridade técnica quando um homem sabe mais que outro sobre determinado assunto, uma autoridade religiosa dentro da hierarquia da igreja, uma autoridade política e jurídica, uma autoridade hierárquica dentro da família quando um indivíduo representa o passado e a experiência; em cada lugar e em cada situação onde se desenvolvem relações sociais pode-se criar determinada figura de autoridade¹⁴.

Em primeiro lugar, autoridade é um conceito essencialmente psicossocial, que não significa imediatamente a própria realidade social. Além disso existe algo como uma autoridade técnica, ou seja, o fato de que um homem entende mais de um assunto do que outro [...], que não pode simplesmente ser descartada. Assim o conceito de autoridade adquire seu significado no âmbito do contexto social em que se apresenta. (Adorno, 2006, p. 176)

A autoridade é efetiva quando é reconhecida e aceita como tal. Ao aceitá-la o indivíduo a ela se submete, porém, o que ocorre é uma submissão ativa, por escolha, por

¹⁴ “O conceito de autoridade assume distintos contornos ao longo de sua história. Articulando-se às noções de hierarquia, poder, obediência, domínio, dentre outras, seu significado desafia apreender o percurso mediante o qual a sociedade tece suas tradições, os conhecimentos a serem transmitidos, suas instituições políticas e sociais e os princípios que organizam a vida coletiva. Em especial, as determinações históricas desse percurso investem a concepção de autoridade de um sentido contraditório e, por isso, controvertido [...] A palavra e o conceito têm sua origem na história romana que, herdeira da influência teórica e política dos gregos, em especial das formulações de Platão e Aristóteles, tenta empreender uma república baseada nas noções de tradição e de autoridade. Conforme explica Arendt, ‘a palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, ‘aumentar’, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação’ (2001a, p. 163, grifos dela). A autoridade derivada do respeito à fundação é o que garante o lastro e o equilíbrio da república. A palavra *auctores* (de autor, ou daquele que exerce autoridade) pode apresentar-se como antônimo de *artífices* (construtor), demonstrando que autor é aquele que cria e que inspira a criação ou invenção e, não necessariamente, aquele que a coloca em prática. Assim, distingue-se o *auctor*, o senhor que dá as ordens, do *artifex*, o servo que as executa, separando a noção de autoridade do exercício do poder. Nessa perspectiva, a autoridade encontra-se para além da idéia de poder e é vista como aquilo que funda a história e que dá testemunho da existência do homem, de sua experiência política e da sabedoria outorgada pelos ancestrais. A necessidade de se reportar aos fundadores do passado e, assim, manter a tradição fez com que os romanos estabelecessem os autores gregos e os difusores do cristianismo como autoridades e como marcos irrevogáveis de sua cultura. Considerados postulados sagrados, política e religião se entrelaçaram de modo a preservar, de geração em geração, os princípios dogmáticos que garantem o governo da cidade e a estabilidade dos padrões da conduta humana. Após a queda do Império Romano, esse papel foi atribuído à igreja cristã que, como autoridade indiscutível tal qual fora o antigo senado, chancela o poder a ser exercido pelos príncipes” (Roure, 2006, p. 27-28).

reconhecimento de uma superioridade e não por imposição. Quando um indivíduo, por exemplo, se encontra doente ele procura um médico, seguindo suas orientações, realizando o tratamento. Ele faz isso porque aceita que a posição ocupada pelo médico é legítima, ou seja, ele aceita a autoridade do médico no que se refere a assuntos da saúde do corpo, portanto, é uma obediência que conserva a liberdade. O sujeito alcança a liberdade quando, em seu processo de constituição e formação, percebe a necessidade da aprendizagem e do conhecimento para sobrevivência em sociedade. A forma como o indivíduo se identifica e se diferencia dos demais demonstra o seu processo de emancipação, tornando-se autônomo. Isso está diretamente ligado a como ele vive suas contradições e superações sociais.

A constituição do indivíduo está condicionada à cultura e ao modelo de sociedade a qual pertence, assumindo um papel de caráter contratual em que se articulam aspectos morais e éticos. No social, adquire-se conhecimento, interioriza-se valores e padrões de conduta que capacitam os seres a tornarem-se aptos a conviver com os outros e a construir uma identidade social. Se a família é a primeira instituição que possibilita a socialização dos indivíduos, responsável pelo primeiro contato do indivíduo com o social, pode-se afirmar que, nesse lugar, ocorre a primeira manifestação social do indivíduo, para posteriormente poder atuar em sociedade. Na família inicia-se esse processo de assimilação da lei. Esse contato é intermediado por uma figura superior, de autoridade, que apresenta a lei à qual esse indivíduo deverá seguir para se constituir um ser social.

As leis e regras de uma sociedade são formadas a partir do contexto social, cultural e histórico. Ao explorar o incesto em *Totem e Tabu*, Freud (1913/1997) pôde observar como em várias sociedades a lei foi criada de modo diferente como medida de evitar o incesto, norma necessária para o desenvolvimento de novas famílias, como abordado no capítulo 1.

Na sociedade moderna, a economia é marcada pela hegemonia do sistema capitalista, caracterizando a sociedade como dividida em classes, na qual uma classe detém os meios de produção e a outra a mão de obra. Para a manutenção desse modelo, estratégias de alienação fazem-se necessárias para que a manipulação se efetive e o ciclo do sistema permaneça. Dessa forma, é possível entender o conceito de ideologia, pois somente por meio do controle de valores e de ideias é que se controla a consciência, traduzida no capitalismo como consciência alienada.

A ideologia está ligada ao entendimento do mundo de forma epistemológica e sociológica, embasada nos ideais direcionados à ação social, portanto, diz respeito às relações de poder entre os homens e as classes sociais. As representações que os indivíduos têm da sociedade influenciam na forma com que eles atuarão nos próprios meios em que estão

imersos, através da legitimação ou não das relações de dominação. É conceituada como falsa consciência uma representação alienada da realidade que serve como instrumento de manipulação, fazendo com que o indivíduo acredite estar consciente erroneamente. Essa dinâmica foi explicada por Marx e Engels ao falar do sistema político econômico capitalista:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. A partir deste momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”. (Marx & Engels, 2007, p. 35-36)

Bourdieu (1989) discorre sobre a luta simbólica que mantém os interesses de uma classe sobre a outra, luta manifestada de diferentes formas. “As tomadas de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar dentro da classe e fora da classe a crença na legitimidade da dominação da classe” (Bourdieu, 1989, p. 11). A partir disso, é possível indagar: Em uma sociedade de classes quem seria a autoridade? O Estado como expressão particular de uma classe? Quem detém o monopólio das decisões e das normas? Se for o Estado o detentor da autoridade, seria possível superá-lo em nome da “eliminação” da alienação, alienação da natureza, de si mesmo e da própria espécie? Poderia o homem ser livre, autônomo, autoridade de si mesmo?

Em uma sociedade de classes, como ocorre no sistema capitalista, a autoridade é representada pelo Estado, sustentada pelo sistema patriarcal. Essa autoridade é efetiva para a manutenção do sistema quando reconhecida em sua integralidade. Toda ideologia criada para atender à manutenção econômica e social é produto da ação humana e, portanto, pode ser transformada por essa ação. O sujeito se emancipa quando, em seu processo de constituição e formação, percebe-se parte constitutiva e constituinte da realidade histórica, política e econômica.

Na economia e na sociedade capitalistas, os corpos são medidos pelas diferenças de classes ou pela força de trabalho. A partir dessa divisão outras separações ocorrem, caracterizando essa sociedade como produtora de divisões e fragmentações. Pode-se identificar diversos tipos de polarização, de separações: patrão e empregado, preto e branco, homem e mulher. A divisão das classes sociais impacta em todas as relações. Ao se atentar para a condição da mulher no mercado de trabalho, há de se constatar que ela recebe salários mais baixos do que os dos homens e a ela são concedidas uma quantidade menor de

oportunidade. Como nessa sociedade a mulher poderá encontrar um lugar de igualdade ao lado do homem, uma vez que o regime capitalista se alimenta por divisão?

Em *A dominação masculina*, Bourdieu (2002) realiza uma pesquisa etnográfica na sociedade Cabila, situada no norte da África, nas décadas de 1950 e 1960, a expressão que dá título à obra reforça o princípio androcêntrico¹⁵ como estruturador da sociedade, em que masculino e feminino são opostos, sendo o masculino considerado superior ao feminino. Essa forma de entendimento da realidade pode ser vista ainda hoje caracterizando as sociedades modernas, princípio atualizado consciente e inconscientemente em diversas estruturas sociais. A dominação masculina é legitimada nas esferas públicas e privadas através do Estado, das instituições, do trabalho e até da família. Ela se manifesta no modo de pensar, agir, sentir e atuar dos indivíduos.

A dominação masculina vai além do aspecto econômico, ela é reproduzida socialmente, sobretudo de forma simbólica, manifestada também na linguagem e no pensamento. O sociólogo fala que homens e mulheres atuam “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação as estruturas históricas da ordem masculina” (Bourdieu, 2002, p. XX). Na esfera pública, encontra-se o androcentrismo atuando também na formação do pensamento e nas diversas áreas do saber; na filosofia e nas artes é comum a dominação dos estudos e manifestações apenas masculinas.

De acordo com Sandra Vasconcelos, professora titular de Literatura Inglesa da Universidade de São Paulo (USP), durante os séculos XVIII e XIX, o papel da mulher era primordialmente o de mãe e esposa dentro da família burguesa.

A esposa era a responsável pelo mundo doméstico, da porta da casa para dentro. Muitas delas não tinham sequer acesso à educação formal. E toda mulher que tinha algum tipo de ambição para além disso era um ponto fora da curva [...] Mulheres que desejavam se tornar escritoras de romances publicavam com pseudônimos ou mesmo anonimamente, a partir do século 18. A mais famosa delas é a inglesa Jane Austen. A capa de seu primeiro romance, *Orgulho e Preconceito*, diz apenas: "Um romance. Em três partes. Escrito por uma dama" (Costa, 2018, n.d.)

¹⁵ “Androcentrismo: [Antropologia] Tendência para colocar o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento masculino acima de todos os outros. [Popular] Tendência para supervalorizar os pensamentos e ideias masculinas, especialmente as conservadoras, moralistas e machistas, que não levam em conta a busca pela igualdade de direitos das mulheres” (Recuperado de <https://www.dicio.com.br/androcentrismo/>).

A dominação masculina é reproduzida nas diversas áreas da sociedade atual, utilizando a separação entre os sexos para justificar padrões sociais construídos. A dominação masculina está inscrita na sociedade subjetiva e objetivamente, fazendo com que o feminino, não raro, seja colocado em lugar inferior, submisso à autoridade masculina.

Deve-se ressaltar que a dominação masculina, assim como toda forma de autoritarismo, marca uma ruptura completa com a questão da autoridade e tem motivação de poder, marca política. As condições de relação de autoridade ou de hierarquia como entre pais e filhos (em si, legítima) e entre homens (fortes, protetores e provedores) e mulheres (frágeis, delicadas dotadas da aura da maternidade), legitimadas pela ideia de papel social num mundo marcado pelas relações de dominação, tornam-se relações de autoritarismo.

Hannah Arendt (1993) analisa a queda da autoridade, chamada de pré-política, no mundo moderno, apontando a seriedade de uma crise que atinge a família e a educação – núcleos sociais importantes do indivíduo, sendo a família a primeira e a escola a segunda.

Devido a seu caráter simples e elementar, essa forma de autoridade serviu, através de toda a história do pensamento político, como modelo para uma grande variedade de formas autoritárias de governo, de modo que o fato de mesmo essa autoridade pré-política, que governa as relações entre adultos e crianças e entre mestres e alunos, não ser mais segura significa que todas as antigas e reputadas metáforas e modelos para relações autoritárias perderam a plausibilidade. (Arendt, 1993, p. 128)

Ao compreender que as relações tornam-se puramente autoritárias, questiona se a autoridade pode suscitar condições para a formação da autonomia, o que pode gerar relações marcadas por puro intento autoritário. Se a relação entre homens e mulheres estava fundamentada num preceito religioso que a ordenava numa forma de autoridade “legitimada” pela divindade num momento que precedeu à sociedade moderna, no bojo de todas as demais quebras das noções de autoridade ela também se expressou como autoritarismo.

Pode-se considerar o movimento feminista uma representação dessa quebra. A partir dessa análise, o feminismo demonstra mais uma manifestação quando considerado movimento político que questiona a lei tradicional imposta e, em tese, não tolera mais a subjugação de poder. O processo de inclusão de minorias e de integração de todas as classes está cada vez mais presente de diferentes formas no mundo moderno.

Considerar a inclusão a partir do ponto de vista de Kant significa dizer que todos têm as mesmas condições para atingir a maioria, sendo a razão instrumento principal para conquistar esse *status* almejado. Todavia, o desejo em se emancipar nem sempre foi suficiente, já que nem todos têm o mesmo lugar de fala. Analisar o lugar do feminino numa

sociedade patriarcal¹⁶ exige pontuar o lugar do masculino tido como autoridade nesse contexto. A partir desse ponto, pode-se questionar as considerações de Kant ao afirmar que todo indivíduo é capaz de conquistar autonomia pelo esclarecimento.

Em uma sociedade de classes em que apenas alguns têm acesso à educação, a uma alimentação adequada, à moradia digna, a condições básicas para sobrevivência como conquistarão o esclarecimento, considerado aqui como possibilitado pela educação? Da mesma forma, questiona-se como a mulher, numa sociedade patriarcal, marcada por classes sociais, pode conquistar um lugar equivalente ao masculino, sendo ela considerada minoria em relação ao homem branco. Para Kant, todos têm as mesmas possibilidades quando impulsionados pela coragem e pelo mérito, raciocínio que promove a separação do homem da natureza, distinção que caracteriza a dominação. O problema da teoria de Kant é considerar o desenvolvimento a partir de uma possível igualdade.

O movimento feminista surge como tentativa de equilíbrio social, de obter lugar de fala concedido apenas aos homens, é um movimento que propõe aprender a pensar para o alcance da maioria, superando a minoria, o comodismo frente à alienação ideológica sem questionamentos. Esse movimento exige crítica ao patriarcalismo, à alienação e à minoria, não podendo ser entendido como simplesmente defesa do feminino em contraponto ao masculino. Trata-se de uma nova forma de entender, de analisar e de lutar por uma democracia efetiva, mesmo que alicerçada numa sociedade de classes sociais.

No sistema capitalista, os corpos são medidos pelo valor de uso, a mulher muitas vezes se encontra em lugar de subjugação sofrendo dominação e violência. Essa mulher que, não raro, se encaixa no modelo familiar burguês é seduzida a acreditar que a família, o amor e os filhos são representações sociais que simbolizam “sucesso na vida”, anseio que alimenta a ideologia mercadológica. Se a escravização ideológica do sistema prevalece, qual seria o caminho da mulher para a conquista da emancipação e da autonomia? Essa será a discussão a ser desenvolvida no próximo capítulo.

¹⁶ “Patriarcal é um tipo de organização social em que a autoridade é exercida por homens” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013). É uma estrutura social em que a supremacia ideológica favorece uns que detêm o poder de autoridade. A eles se atribuem as funções de liderança religiosa, política, autoridade moral e outras. O patriarca sempre deteve o poder diante de um outro considerado “inferior” (escravo, funcionário, súdito, povo, mulher, filhos). Responsável pelo lugar de fala, pelas decisões, representa a autoridade com superioridade hierárquica, fazendo com que os outros devam a ele obediência.

3. Empoderamento Feminino e Conquistas Femininas no Espaço Público: Implicações para o Lugar da Mulher no Espaço Privado

3.1. Uma breve análise do lugar da mulher na sociedade

O conceito de dialética, pelo dicionário de filosofia, é definido como processo de diálogo, debate entre interlocutores comprometidos com a busca da verdade (Abbagnano, 2012). Nesse sentido, o movimento feminista pode ser tido como um movimento de luta que evidencia oposição e necessidade de diálogo, ou seja, de escuta e de fala. Em uma democracia, pressupõe-se que todos os indivíduos tenham lugar de fala, mas não é bem isso o que acontece. Esse lugar é ocupado por alguns que detêm poder, portanto, a fala democrática é substituída por uma fala colonizadora, que comunica aos outros interesses próprios.

No mundo moderno, o dinamismo está presente em todas as áreas, as ações são criadas e reinventadas o tempo todo de acordo com os acontecimentos, alterando-se, assim, constantemente. A lei, as regras e as ordens estão sempre sendo questionadas, revisadas e transformadas. Setton (1999) afirma que o mundo contemporâneo está descontextualizado, que os espaços de convivência não se reduzem mais ao aqui e agora. Com o avanço tecnológico, as mídias passam a ser as novas mediadoras sociais. A função da autoridade não responde mais à tradição, às leis ou às regras. O conhecimento é revisto constantemente, o que gera impermanência nas formas de conduta.

Na análise sobre os grandes líderes das potências mundiais e colonizadores de várias nações pelo mundo, é possível dizer que a voz de autoridade sempre pertenceu ao “homem branco”, com todas as representações e privilégios daí decorrentes. Esse “homem branco” representa a soberania patriarcal, o poder financeiro, a heterossexualidade, a intelectualidade, aspectos muitas vezes encarnados em corpos não necessariamente masculinos e brancos.

Tiburi (2018) atesta que o lugar de fala autorizado ao homem branco é possibilitado pelo “falo” que sempre esteve na posse dos homens, vistos como detentores dos discursos e da verdade. O feminismo aparece a fim de questionar essa supremacia, reivindicando direitos a todos, defendendo uma forma de pensamento democrático, partindo do questionamento da ideologia patriarcal. Para isso, faz-se necessário saber pensar, questionar as ideologias, criar possibilidades de autonomia para que as pessoas tomem consciência de comportamentos condicionados, de princípios e valores que geram opressão. É preciso criar condições para que os oprimidos percebam em que medida eles mesmos reproduzem formas opressoras.

Ao longo da história, especialmente no período pós-Revolução Francesa, o lugar da mulher na família burguesa foi destinado a casa, sendo educada para servir ao marido. Esse lugar de exploração do feminino é ainda perpetuado através da mistificação do papel das mães e de funções marcadas pelo sexo feminino como o da empregada doméstica, das cuidadoras e das professoras. A mulher moderna tem buscado a conquista da identidade, do poder sobre o próprio corpo, da liberdade de ser, que se defronta com a identidade e com o poder legitimado do “homem branco”, racista e machista, que subjuga os outros a “não identidade” (Tiburi, 2018, p. 81). Em uma sociedade patriarcal, na qual a classe dominante é ocupada pelo homem, a mulher é oprimida em diversas esferas, não havendo como a mesma como a mulher fazer o processo de identificação com os valores desta sociedade para depois se emancipar. Este processo acontece pela negação do que está imposto, pelo não reconhecimento, e não por identificação, visto que o mesmo não inclui a mulher de forma equilibrada e democrática.

O velho devir-mulher do mundo, quando todos estão subjugados ao patriarcal capitalismo por meio de corpos medidos como úteis para o trabalho, a sujeição e o prazer em uma economia política hegemonicamente branca e, portanto, racista. Branco, nesse sentido, é um signo de marcação para denunciar a opressão de raça como opressão de classe. A ordem branca, por sua vez, é a mesma ordem do senhorio patriarcal que subjuga negros/mulheres/trabalhadores. (Tiburi, 2018, p. 83)

Um dos grandes acontecimentos históricos que representou a busca da mulher por um lugar de reconhecimento social enquanto cidadã foi a luta pelo direito ao voto. Em uma democracia, o voto é uma das formas que o indivíduo tem de exercer a sua cidadania. É a representação do reconhecimento do indivíduo como cidadão, podendo eleger representantes. O direito ao voto é a garantia que o indivíduo tem de exercer o sufrágio, que é o direito de participar do processo eleitoral como candidato ou como eleitor. O voto é um ato político que dá ao cidadão o direito de escolha através da eleição de seus representantes, responsáveis pela gerência do país e das cidades, por exemplo, nas questões econômicas, culturais e sociais. O direito ao voto legitima o cidadão. Ao longo da história, é possível reconhecer a importância desse poder, antes limitado a poucos, aos homens brancos, por exemplo. No período colonial brasileiro, a sociedade era patriarcal. A mulher assumia a posição social enquanto esposa e mãe responsável pelo lar. O casamento era realizado precocemente, sem possibilidade de escolha do parceiro, já que o cônjuge era escolhido pelo pai, que o elegia de acordo com certos interesses. A mulher, nesse período, submetia-se ao pai e, posteriormente, ao marido.

Sem acesso à educação formal, a instrução que recebia era voltada às atribuições do lar. Andreucci (2012) afirma que a educação dada às mulheres brancas no período colonial tinha como finalidade prepará-las para o casamento e para a criação dos filhos. Enquanto os homens, representantes da autoridade por deterem poder recebiam uma educação voltada ao espaço público e à formação. Cabia às mulheres negras o trabalho como doméstica, ou mesmo em lavouras, como ocorria com escravos homens. Elas ainda deviam se submeter à satisfação sexual dos senhores (Teles & Melo, 2003).

No período imperial, de acordo com a primeira Constituição brasileira, de 1824, apenas os homens eram considerados cidadãos. Em 1827, as mulheres puderam frequentar a escola, “com a primeira legislação específica sobre o ensino primário, após a independência, foi a lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como Lei Geral, que padronizou as escolas de primeiras letras no país, contemplando a discriminação da mulher” (Stamatto, 2002), mas a prioridade que elas deveriam assumir continuava atrelada ao lar. Apenas em 1879, elas puderam frequentar a faculdade, conquista resultante de manifestações que visavam reivindicar direitos, inicialmente o voto em 1850, mas isso apenas se realizou em 1932 (Andreucci, 2012). Nos Estados Unidos da América, o movimento para a conquista do voto feminino iniciou-se em Seneca Falls, Nova York, em 1848. Abolicionistas reivindicaram ao Congresso Americano a emancipação dos antigos escravos e das mulheres pretas e brancas. Nessa época, o sufrágio feminino era impensável, pois as mulheres eram consideradas pela sociedade patriarcal submissas aos homens. Como o voto é garantia da cidadania, esse direito legítima posição, iguala as pessoas, fator que pode ser observado não só no universo feminino, mas também na realidade dos negros e das pessoas que não têm acesso à educação.

Ao longo da história, a mulher sempre ocupou o lugar de “segunda” classe, de subordinada, como já citado. Apenas em 1932 o voto feminino no Brasil foi conquistado e incorporado à Constituição de 1934 como facultativo, apenas com o Código Eleitoral de 1965 o voto feminino se equiparou ao masculino. A equidade almejada no mercado até hoje não foi atingida. Os cargos políticos são ocupados, em sua maioria, pelo sexo masculino. A autonomia reprodutiva, o direito ao aborto é algo permitido apenas em casos de estupro ou de doenças fetais graves. A violência sexual e doméstica ainda é bastante presente. Diante dessas constatações de desigualdades de gênero, faz-se necessário revisitar a trajetória da mulher e o lugar que ela ocupa na família moderna.

Na Europa, especificamente na Inglaterra, no final do século XIX, as mulheres iniciaram um dos primeiros movimentos feministas que reivindicava, dentre outras coisas, o direito ao voto. No Brasil, os movimentos feministas reivindicavam, além do voto, o direito

da mulher à educação, ao divórcio e ao trabalho assalariado, movimento iniciado com Bertha Lutz que participou, em 1945, da Conferência de São Francisco que criou a Organização das Nações Unidas (ONU). Foi a única mulher da delegação brasileira, uma das principais responsáveis pela inserção, na carta de criação da ONU, da igualdade de direitos entre homens e mulheres¹⁷.

3.2. Empoderamento feminino

“O que quer uma mulher?”. Essa pergunta foi endereçada por Freud a uma paciente na tentativa de entender os anseios femininos além dos aspectos biológicos, de não serem simplesmente diferenciadas por sua anatomia reprodutiva. Ser mãe não é gestar e “dar à luz”, essas são funções simplesmente biológicas. Ser mãe, na sociedade capitalista, é desempenhar os papéis de cuidar, alimentar, higienizar, amparar dentre outras funções que na modernidade já não precisam necessariamente ser realizadas por uma mulher. A filósofa francesa Sara Kofman (1980), no livro *Lénigme de la femme*, fala dessa necessidade de retirar as mulheres do mero campo biológico, cuja sexualidade é voltada à reprodução, limitando-a a conhecer e explorar dimensões sociais e culturais.

No período pós-Segunda Guerra, o masculino obtinha a insígnia do poder, enquanto o feminino, a insígnia da falta, da inferioridade, da incompletude, seja na perspectiva expressa pela psicanálise pela falta do falo, seja culturalmente pela não equivalência ao lugar de fala do “homem branco”. A falta também era atribuída a outras minorias, situações que gerou manifestações que reivindicavam o lugar de sujeito, de indivíduos ou cidadãos com direito à atuação e identidade reconhecidas. Esse lugar de sujeito por muito tempo foi ocupado apenas por “homens brancos”, excluindo mulheres, negros, índios ou demais grupos que ameaçavam

¹⁷ “Em 1922, representou o Brasil na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. De volta ao Brasil, fundou a Federação para o Progresso Feminino, iniciando a luta pelo direito de voto para as mulheres brasileiras. Ainda em 1922, como delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação, garantiu ingresso das meninas no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.” “Berta Lutz organizou o I Congresso Feminista do Brasil, em 1922. Na Organização Internacional do Trabalho, discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho feminino. Ainda em 1933, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e publicou A nacionalidade da mulher casada, na qual defendia os direitos jurídicos da mulher” (Recuperado de <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/908-mulheres-na-historia-bertha-lutz.html>, 2018).

os ditos apoderados pela posse do falo – termo utilizado pela psicanálise a fim de representar o poder instituído ao homem simbolicamente a partir do órgão sexual masculino¹⁸.

Paulo Freire (2011), ao analisar a questão da autonomia, discute o conceito de empoderamento. Afirma que, pela educação, pode-se gerar um processo de emancipação ao fazê-la atuar na desconstrução das relações sociais estabelecidas. O educador caracteriza o empoderamento como um processo político, contextualizado, que visa mudanças e conquistas sociais. Entende que empoderamento “indica um processo político de classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação” (Freire, 2011, p. 189).

O termo empoderamento está relacionado às relações de poder, conceito trabalhado por Foucault (1994). Para esse autor, o poder está presente em todos os lugares, não sendo específico a nenhum grupo. O poder é inerente às relações e pode se expressar através da medida de força múltipla e não apenas entre classes sociais, não apenas entre homens e mulheres. Foucault lembra ainda que onde há poder há dominação e resistência.

A desigualdade na estrutura de poder entre mulheres e homens, no entanto, não impede mudanças, pois a microfísica do poder pontuada por Foucault demonstra a possibilidade de um empoderamento através da resistência, por meio da conscientização, informação, formação entre outros fatores.

O empoderamento feminino se tornou a expressão-chave na luta pela igualdade entre homens e mulheres. Esse termo vem sendo usado em referência à tomada de consciência do poder que as mulheres buscam individual e coletivamente e que tem a ver com o resgate da dignidade delas como ser humano. Tema que ganhou tamanha importância em nível mundial comprovada pela realização em Pequim, no ano de 1995, da *Conferência Mundial das Mulheres*, a partir da qual criou-se um programa em prol do empoderamento da mulher para reforçar o aumento da participação feminina nos processos de tomada de decisão e no acesso ao poder.

¹⁸ “Freud (1924/1976) situa, desse modo, que ‘a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças no desenvolvimento psíquico. A anatomia é o destino’ (p. 197). É inevitável que a partir do anatômico, do discurso do Outro se define: ‘é menino’ ou ‘é menina’, ou seja, é a partir de um significante, do universal do falo que a diferença é estabelecida. O que está em jogo é a presença ou ausência. ‘Menino’ é o portador do pênis e da virilidade. ‘Menina’ é sinônimo de falta, feminilidade e enigma. Isso implica que os dois sexos se inscrevem a partir do significante fálico por meio do binário - falo/castração (Morel, 1997). Dito de outro modo, “toda a problemática que envolve o desenvolvimento da sexualidade não é determinada pelo biológico, mas não é sem levar em consideração o corpo e a interpretação que se faz dele. Diante disso, sempre há implicação psíquica do ter (que instaura a possibilidade de poder perder) ou não ter uns centímetros de corpo a mais, que faz supor uma possibilidade de prazer a mais” (Bonfim, 2014, p. 158).

Como exemplo dessa luta, verifica-se que a ONU Mulheres, assim como antes o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais é resultado da demanda histórica do movimentos de mulheres: a de ter uma agencia nas Nações Unidas dedicada ao empoderamento e igualdade de gênero. Criada em 2010 como resultado da fusão de quatro organizações da ONU, marcada por um sólido histórico de experiência em pesquisa, programas e ativismo, a ONU Mulheres é a liderança global em prol de meninas e mulheres. Essa criação, fruto do esforço conjunto dos países-membros e de ativistas dos direitos das mulheres, foi aplaudida no mundo todo e proporciona a oportunidade histórica de progresso para mulheres e sociedades. A ONU Mulheres trabalha com as premissas fundamentais de que as mulheres e meninas ao redor do mundo têm direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza e de que a igualdade de gênero é requisito central para se alcançar o desenvolvimento. Para isso, atua em cinco áreas prioritárias: (1) aumentar a liderança e a participação das mulheres; (2) eliminar a violência contra as mulheres e meninas; (3) engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança; (4) aprimorar o empoderamento econômico das mulheres; (5) colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos de desenvolvimento nacional¹⁹.

3.3. História do movimento feminista

A condição de falta feminina que não podia votar, estudar, trabalhar dentre outras restrições associadas ao gênero fez com que, ao longo da história, fossem geradas as condições para os questionamentos sobre a condição e a opressão vividas pelas mulheres. A conscientização dessa realidade provocou luta por mudanças. A história dessas lutas remonta há mais de 200 anos, sendo marcada por momentos e fatos históricos importantes. Em 8 de março de 1908, milhares de mulheres se organizaram protestando em Nova York contra as condições de trabalho, pelo fim do trabalho infantil e pelo sufrágio universal. Movimento que se expandiu para Londres e para o Peru, resultando na abertura das universidades a elas, dando início ao Movimento Feminista.

¹⁹ Recuperado de www.onumulheres.org.br.

Esse movimento, compreendido como movimento social, inicialmente esteve relacionado às reivindicações por direitos sociais e políticos, tendo a luta sufragista como ápice da mobilização das mulheres em diversos países. A chamada primeira onda do feminismo foi marcada pelo movimento sufragista iniciado nos Estados Unidos e na Europa, no qual as mulheres organizaram-se para lutar por seus direitos, o primeiro deles a se popularizar foi o direito ao voto conquistado no Reino Unido em 1918.

Os movimentos feministas, no campo da teoria política, possuem várias vertentes, sendo algumas antropológicas, outras marxistas, outras existencialistas. Neste trabalho, para efeito da análise, será considerado o ponto em comum entre todas essas vertentes: a discriminação histórica de gênero que faz com que homens e mulheres não possuam os mesmos direitos e os efeitos dessa realidade no espaço público e no privado.

A bióloga Bertha Lutz, em 1910, liderou o movimento pela luta em prol do voto feminino no Brasil. Lutz foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado pedindo a aprovação do Projeto de Lei de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Esse direito foi conquistado apenas em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

O movimento foi influenciado após várias reivindicações que se iniciaram com acontecimentos históricos como a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial. Outro questionamento que ocorreu na primeira onda feminista no Brasil estava relacionado às condições de trabalho em que as mulheres estavam submetidas. Em 1917, marcando a primeira onda do feminismo no Brasil, ocorreu o movimento das operárias de ideologia anarquista²⁰ que se reuniram na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas e proclamaram: "Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes" (Pinto, 2003, p. 35).

Essa primeira onda feminista, que reivindicava igualdade de direitos perdeu força a partir de 1930, tanto no Brasil, como na Europa e nos Estados Unidos, reconquistando-a nas

²⁰ “A palavra ‘anarquismo’ tem origem na palavra grega *anarkhia*, que significa ‘ausência de governo’. O anarquismo é uma corrente de pensamento, uma teoria e ideologia política que não acredita em nenhuma forma de dominação – inclusive a do Estado sobre a população – ou de hierarquia e prega a cultura da autogestão e da coletividade” (Recuperado de <https://www.politize.com.br/anarquismo/>).

décadas de 1960 e 1970, inaugurando a segunda onda feminista. Esse momento foi gerado por questionamentos voltados à crítica da sexualidade reprodutiva imbuída a mulheres, associada à contestação pelo fim da violência contra elas e à exigência de ocupação do espaço público e de trabalho. Ao considerar apenas o aspecto biológico da mulher que na sociedade burguesa era marcado pelos papéis de esposa e de mãe, um campo amplo de discussões se abriu sobre os lugares que ela estava validada a ocupar. Esses questionamentos foram embasados inicialmente por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo* (1960). Obra marcada pela crítica às premissas sexológicas do falocentrismo psicanalítico; à opressão da mulher, às concepções sociais do lugar ocupado por ela, culminando em seu grande aforisma: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com Simone de Beauvoir e Gayle Rubin, iniciou-se uma análise sobre a igualdade de gênero a partir do ponto de vista cultural e não mais biológico, o gênero passou, então, a ser entendido para além da anatomia.

No patriarcado, a liberdade sexual feminina sempre foi vista como ameaçadora; culturalmente os prazeres do feminino com o próprio corpo foram julgados e malvistas socialmente. Por muito tempo, e ainda hoje, a liberdade sexual da mulher sempre foi limitada e controlada pelos dogmas da igreja e pelas convenções sociais. A década de 1960, nos países de primeiro mundo, foi marcada pela entrada das mulheres nas universidades, promovendo, no mesmo período, uma grande difusão da liberdade sexual feminina. A enfermeira e ativista Margaret Sanger e o biólogo Gregory Goodwin Pincus iniciaram pesquisas para criar um remédio que pudesse dar às mulheres o poder e a autonomia sobre o próprio corpo, podendo escolher em ter filho ou não, em número restrito ou não. Em 1962, começou-se a comercializar a pílula anticoncepcional, assim como os outros métodos contraceptivos, isso foi uma grande conquista feminina. A mulher obteve a liberdade de escolha em relação à maternidade, condição anteriormente associada à natureza biológica, adquirindo poder sobre o próprio corpo e seus desejos.

Gayle Rubin (1974), antropóloga e militante feminista estadunidense, buscava entender em suas pesquisas a origem da opressão das mulheres, usou o termo “gênero” pela primeira vez, apontou a existência “de um sistema sexo-gênero” definindo “os arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana” (Rubin, 1974, p. 12). Em seus estudos, a antropóloga retoma Karl Marx (1818-1883), Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e Sigmund Freud (1856-1939). A partir de Lévi-Strauss, observa que o parentesco é o vínculo biológico que reflete na organização cultural, sendo marcado pela proibição do incesto e pela possibilidade de troca de mulheres, reforçando que a opressão sobre elas embasava-se nos laços sociais e não nos aspectos

biológicos. A troca de mulheres promovia a constatação de ausência de poder sobre si, sob alegação de que, para o bom funcionamento do sistema, a sexualidade feminina deveria estar sob o domínio de outros. Afirma que o sexo é a variável na divisão do trabalho, baseada no gênero e na heterossexualidade.

Nesse período, o mundo passava por grandes acontecimentos históricos que foram contemporâneos da segunda onda feminista:

A década de 1960 é particularmente importante para o mundo ocidental: os Estados Unidos entravam com todo o seu poderio na Guerra do Vietnã, envolvendo um grande número de jovens. No mesmo país surgiu o movimento *hippie*, na Califórnia, que propôs uma forma nova de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos, propagando seu famoso lema: "paz e amor". Na Europa, aconteceu o "Maio de 68", em Paris, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; somou-se a isso, a própria desilusão com os partidos burocratizados da esquerda comunista. O movimento alastrou-se pela França, onde os estudantes tentaram uma aliança com operários, o que teve reflexos em todo o mundo. Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de "bíblia" do novo feminismo: *A mística feminina*. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. (Pinto, 2010, p. 16)

Em 1965, o congresso norte-americano aprovou a lei dos direitos de voto no governo do presidente Lyndon Johnson, com o objetivo de estendê-lo a todos os negros americanos. Antes desse acontecimento, tinham direito ao sufrágio apenas os americanos brancos que possuíssem propriedade, conjuntura que justificava o patriarcalismo. Tais fatos geraram questionamentos sobre as diversas formas de soberania, de dominação do masculino sobre o feminino, dos brancos sobre os negros, do rico sobre os pobres e sobre as diversas outras minorias.

Enquanto isso no Brasil, no mesmo período, em 1960, Jânio Quadros foi eleito, mas sua gestão durou apenas sete meses. O presidente renunciou por pressão devido a sua política econômica e externa que não agradou os políticos que o apoiavam, as forças armadas e outros segmentos sociais. Sua renúncia desencadeou uma crise institucional. João Goulart assumiu o

poder e, em 1964, houve o Golpe Militar, uma ditadura militar rigorosa, que por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5) transformava o Presidente da República em ditador²¹.

O que ocorria no Brasil era o oposto do que acontecia no mesmo período na Europa e nos Estados Unidos. O Brasil passava por uma grande repressão, o que aumentou os movimentos clandestinos de esquerda²² e as guerrilhas. Durante o Regime Militar, na década de 1970, aconteceram manifestações feministas no Brasil. Qualquer manifestação nesse período era muito malvista e tida como ameaçadora à moral e ao poder.

Em 1975, na I Conferência Internacional da Mulher, no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou os próximos dez anos como a década da mulher. No Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979. (Pinto, 2010, p. 17)

Várias brasileiras exiladas na Europa que estavam em contato com o feminismo europeu se reuniam, apesar da objeção masculina de seus companheiros também exilados, alegando que o movimento realizado por elas desviava a atenção em prol da luta pelo fim da ditadura, desconsiderando o fato de que ambos os gêneros lutavam contra a opressão. Na *Carta Política*, escrita em 1976, pelo Círculo da Mulher em Paris, tal fato é demonstrado:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista. (Pinto, 2003, p. 54)

Nesse período, no Brasil surge o movimento feminista de resistência que demonstrou a necessidade em se questionar a ordem estabelecida representada através de partidos políticos, da igreja e do Estado. Essa resistência gerou o rompimento do movimento com a

²¹ Recuperado de <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-janio-quadros-1961-mandato-polemico-de-sete-meses.htm>.

²² “Os movimentos de guerrilha no Brasil surgiram por volta dos anos 30 e ganharam força após o golpe militar que depôs João Goulart em 64, como forte oposição ao regime. Tinham como objetivo a libertação do país através uma revolução de viés socialista, mais especificamente Marxista-Leninista” (Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt).

intitulada “esquerda”, mantendo apenas, com ela, o compromisso ideológico. Na década de 1970, o movimento se estendeu para outros grupos formados por minorias, incorporando negros e homossexuais, o que fez com que o movimento lutasse pela democracia, definida como uma ordem que detém direitos e deveres iguais.

Na mesma época, na Itália, a lei de divórcio era aprovada, apesar da resistência de grupos católicos que tentaram anulá-la através de plebiscito em 1972. No Brasil, o senador Nelson Carneiro retoma o projeto que previa essa aprovação. Assim, o divórcio no país foi promulgado em 1977. Antes disso, o casal só poderia se separar em caso de traição, de tentativa de morte ou de abandono do lar. Lembrando que, desde 1916, com aprovação do Código Civil, só o homem era responsável pela família e o casamento poderia ser anulado pelo marido, caso descobrisse que a esposa não era virgem. A família da noiva também poderia deserdá-la. Essas regras mudaram apenas em 2002.

Na década de 1980, o movimento feminista se consolidou devido a uma confluência de fatores, passando a ter uma maior força política, iniciou-se nas classes mais intelectualizadas. E vários foram os temas que começaram a serem tratados por diversos grupos tais como: violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais.

Com o fim do Regime Militar, em 1985, discussões em torno de uma nova constituição que validava uma democracia se iniciaram. No mesmo período, o feminismo brasileiro obteve grande vitória com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que junto com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília, promoveram uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. A nova constituição, criada em 1988, garantia mais direitos à mulher.²³ No percurso histórico, o que viu foi que:

O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as

²³ “Se antes e durante o regime militar, a presença de mulheres nas casas legislativas restringia-se a 0,6%, na eleição de deputados para a Assembleia Constituinte chegou-se a 5,3%, o que significou 26 mulheres entre 559 deputados, sendo uma delas negra (Benedita da Silva). Embora numericamente diminuta, essa representação (o “Lobby do Batom”) aliada à força da CNDM, foi capaz de apresentar mais de cem propostas para a nova Constituição, sendo que 80% delas foram aprovadas e garantiram avanços significativos na questão de gênero, incluindo licença-maternidade de 120 dias, a criação de uma licença-paternidade, benefícios sociais e direitos trabalhistas para empregadas domésticas, direito ao divórcio, além de artigos garantindo a igualdade entre mulheres e homens independentes de cor/raça”. (Recuperado de <https://www.geledes.org.br/mulheres-e-feminismo-no-brasil-um-panorama-da-ditadura-a-atualidade-por-adriano-senkevics/>).

Mulheres, com *status* de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente. (Pinto, 2010, p. 17)

Após os anos noventa, o movimento feminista passou por um processo de institucionalização através da criação das Organizações Não Governamentais (ONG) que atuavam junto ao Estado, buscando aprovar medidas protetivas para as mulheres e a conquista por espaços para a ampliação na participação política. Criaram-se várias Delegacias da Mulher no país na tentativa de resolver a violência contra elas, a maior conquista obtida em relação a isso foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006)²⁴, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Pinto, 2010).

A terceira onda feminista, composta pelas teorias de gênero, busca aprofundar nas discussões sobre os ideais que rondam a composição de ser mulher, naturalizada como branca, heterossexual e cisgênero²⁵. Nessa fase, busca-se entender o conceito “mulher” enquanto categoria, fazendo-se necessária a análise das particularidades que a compõe, classe, cor, gênero; classificações que são geradoras de outros tipos de dominação, impossibilitando um real equilíbrio acerca disso. Assim a questão de gênero perde o enfoque isolado, fazendo-se necessário outras avaliações oriundas do emaranhamento que norteia as relações de poder.

3.4. Reflexos da conquista feminina no espaço público no privado

Freyre (1984), ao falar da realidade histórica feminina no Brasil, retratada na família patriarcal brasileira, no período colonial, destaca a mulher branca como submissa, passiva, dependente e impotente, sujeitada à dominação do pai ou do marido. À mulher dessa época cabia apenas o espaço privado, o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos. Ao longo de

²⁴ “Do ponto de vista político, com a eleição do Lula em 2002, retomou-se o projeto que se iniciara na democratização. Foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, na mesma década, a promulgação de duas políticas públicas com impactos significativos nas relações de gênero: a lei Maria da Penha, com o intuito de combater a violência doméstica, e o programa Bolsa Família, um sistema de transferência de renda que favorece mais de 10 milhões de família, no qual a verba era repassada prioritariamente para as mulheres e mães de famílias de baixa renda” (Recuperado de <https://www.geledes.org.br/mulheres-e-feminismo-no-brasil-um-panorama-da-ditadura-a-atualidade-por-adriano-senkevics/>).

²⁵ “Cisgênero é um adjetivo de dois gêneros e de dois números cujo significado refere-se àquele que se identifica totalmente com o seu "gênero de nascença". No que tange aos estudos sobre gênero, o cisgênero é o oposto do transgênero, já que o segundo se identifica com um gênero distinto do qual ele nasceu originalmente” (Recuperado de <https://www.meusdicionarios.com.br/cisgenero>).

séculos de história, coube à mulher negra do Brasil o lugar da escravidão e da miséria. A despeito de todas as mudanças pelas quais a sociedade brasileira tem passado, a mulher tem enfrentado desafios para superar a cristalização desses papéis.

Nas últimas décadas, assistiu-se a várias reivindicações, lutas e conquistas das mulheres no espaço público; seus direitos civis, políticos e sociais no Brasil e no mundo foram requisitados. Mudanças ocorreram no âmbito social refletindo nas novas formas de a mulher ocupar o espaço privado, sobretudo, na família. O modelo tradicional de família espelhado na burguesia, cujas características determinantes são marcadas pela presença de um pai, de uma mãe e de filho(s), tem união selada normalmente para a eternidade com a finalidade principal de reprodução. A manutenção dessa instituição, assegurada financeiramente pelo pai, tem a mãe como responsável pelos cuidados da casa e dos filhos.

Ao circular mais no espaço público, a mulher passa a projetar novos horizontes e a dividir com o homem o mercado de trabalho. Isso promove alteração em seu papel social. A maior presença feminina no mercado de trabalho acarretou mudança na dinâmica da família. O grande número de divórcios, o alto nível de desemprego para os homens e outros fenômenos sociais têm firmado a presença de mulheres e de homens no mercado de trabalho e o papel de ambos na provisão da família. Percebe-se, na contemporaneidade, um maior número de famílias chefiado por mulheres, quer pela troca de papéis com o homem, quer pelo surgimento de novos arranjos familiares. A transformação do papel da mulher também pode ser observada na crescente participação dela na renda do lar, mesmo no caso de arranjo familiar mais tradicional, em que o homem exerce o papel de “chefe”.

De acordo com Scott (1999), a entrada da mulher no mercado de trabalho a partir de 1970 tornou-se mais propensa em função das crises econômicas. Conforme os dados da Fundação Carlos Chagas, em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam; em 2002 50% delas participavam do mercado de trabalho. Teixeira (2005) demonstra que esse aumento é resultado de uma combinação de fatores econômicos e culturais. Inicialmente aponta a questão da industrialização que gerou a urbanização e teve como consequência a queda nas taxas de natalidade, permitindo que a mulher passasse a desempenhar outros papéis.

Alguns estudos afirmam que a crise no mercado de trabalho brasileiro ocorrida na década de 1990 implicou em elevadas taxas de desemprego e redução do poder aquisitivo da renda do trabalho e do salário, provocando a diminuição da renda familiar. Essa situação fez com que várias mulheres, antes inativas profissionalmente, ingressassem no mercado de trabalho. Mesmo com o ingresso crescente dessas mulheres no mercado, elas não ocupam o

mesmo lugar, nem usufruem das mesmas condições que os homens em vários aspectos – rendimento, formalização e disponibilidade – , apesar disso são responsáveis por parte da renda familiar, fazendo com que os homens deixem de ser os únicos provedores da família.²⁶

Após a aprovação da Lei do divórcio no Brasil, em 1977, juntamente com o crescimento da mulher no mercado de trabalho, dois modelos de família se destacaram na sociedade brasileira: a família tradicional constituída por pai, mãe e filhos e a família formada por mãe e filhos. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostrou que, em 2003, a família nuclear com filhos e chefia masculina respondia por cerca de metade das famílias nas áreas metropolitanas pesquisadas, variando entre 51,7% na Região Metropolitana (RM) de São Paulo e 44,5% na RM do Recife. Já a ocorrência de famílias monoparentais femininas, em que apenas a mãe arca com a responsabilidade pelos filhos, oscilava entre 21,9% no caso da grande Recife e 15,7% na RM de Porto Alegre (PED, 2014).

Esses dados demonstram um processo de mudança dinâmico em que o modelo de família tradicional vem perdendo espaço para outros. Nas regiões metropolitanas brasileiras citadas, a família monoparental feminina é o segundo tipo mais frequente, havendo ainda aumento dessa representatividade em todos os casos analisados: em Recife o número passou de 19,9% para 21,9% e em Salvador de 19,7% para 20,9%. De acordo com Dieese, entre 2003 e 2005, as famílias monoparentais e outras chefiadas pela figura feminina representa a quarta parte de modelo familiar predominante nas regiões metropolitanas brasileiras. O número de

²⁶ “No dia Internacional da Mulher, os dados relativos ao quarto trimestre de 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) comprovam que ainda há muito a conquistar na direção da igualdade de gênero [...]. Das 40,2 milhões de trabalhadoras, 24,3% haviam completado o ensino superior, enquanto entre os homens ocupados a proporção era de 14,6%. Apesar disso, em média, as mulheres que trabalham recebem rendimentos 24,4% menores que os dos homens. [...] A pesquisa mostra que 6,0% dos homens trabalhadores eram empregadores, enquanto a proporção das mulheres ocupadas nessa posição era praticamente a metade: 3,3%. Já o percentual de mulheres na posição de trabalhador familiar auxiliar (3,6%), caracterizada pelo não recebimento de salário, era muito superior ao dos homens (1,5%). [...] A PNAD Contínua mostra, também, que a participação das mulheres supera a dos homens em algumas profissões culturalmente identificadas como “femininas” e associadas a menores salários. A maior disparidade é encontrada na categoria dos empregados domésticos, na qual 92,3% são mulheres. Mas elas também predominam no magistério, nas enfermarias e na assistência social. Nesse sentido, no setor da administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, a participação das mulheres (25,2%) era bem maior que a dos homens (10,9%). [...] Atividades tipicamente masculinas, como construção civil e transporte, armazenagem e correio, empregavam, respectivamente, 13% e 7,8% dos homens ocupados. Já os percentuais da população ocupada feminina nessas atividades eram pequenos: 0,5% e 1,2%, respectivamente”. (Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>).

mulheres à frente das famílias, seja uniparental ou não, passou a ser de 23,3% em São Paulo e 29% em Salvador (PED, 2014).

Diante da crescente atuação da mulher no mercado de trabalho, sua receita deixou de ser apenas complemento, passando, em muitos casos, a ser a principal renda da família. Isso mostra que, além de as mulheres possuírem responsabilidades em relação aos afazeres domésticos que ainda recaem prioritariamente a elas devido a fatores culturais e históricos, cabe a elas prover financeiramente a família. Acontece também de as obrigações domésticas impedir maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Para Bruschini (1994), a presença e a idade dos filhos interfere na introdução e participação da mulher nesse mercado, já que, geralmente, os cuidados dos filhos pequenos são atribuídos à figura da mãe.

Em 1980, 39% das brasileiras sem filhos trabalhavam, mas esse número caía para menos de 30% entre as mães. Porém, quando os filhos crescem [...], sua disponibilidade para o trabalho volta a aumentar. Cerca de 41% das mães de filhos maiores de 7 anos trabalhavam em 1980, superando a atividade das que não eram mães. (Bruschini, 1994, p. 117)

Bruschini (1994) ainda considera que a escolaridade e a classe econômica interferem no estado civil e no número de filhos das mulheres: “em 1980, entre aquelas que tinham de 1 a 4 anos de instrução, 28% das solteiras e 17% das casadas trabalhavam” (p. 118). Somada a todas as dificuldades que a mulher enfrenta para ingressar e permanecer no mercado de trabalho, as obrigações tidas como femininas criaram uma realidade de dupla jornada de trabalho.

Responsáveis pela maioria das horas trabalhadas em todo o mundo, as mulheres generosamente, cuidam das crianças, dos idosos, dos enfermos, desdobrando-se em múltiplos papéis. Esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate que se faz urgente: a divisão desigual das responsabilidades da família, a injustiça de sozinha, ter de dar conta de um trabalho de que todos usufruem. (Peres, 2001, p. 52)

De acordo com um estudo da Fundação Carlos Chagas (2007), as mulheres têm sobrecarga de tempo e de responsabilidade muito maior do que a dos homens, sendo as principais responsáveis pela lida doméstica e pelo cuidado com os filhos, além das atribuições econômicas. De acordo com a Fundação (2007), “os homens gastam nessas atividades, em média, 10,6 horas por semana e as mulheres, 27,2 horas” (n.d.).

Considerando a realidade da mulher contemporânea que desempenha múltiplos papéis, percebe-se que a taxa de natalidade e o número de casamentos estão diminuindo, gerando um

fenômeno social decorrente das exigências mercadológicas e dos desequilíbrios de gênero. Por conseguinte, os papéis sociais femininos vêm sofrendo profundas modificações.

A psicanálise justifica esse fenômeno da diminuição do número de mulheres que querem ser mães ao considerar que a falta fálica feminina é atualmente substituída por outras conquistas que ela passa a ter na sociedade contemporânea. Para Lacan (1993), a definição do masculino e do feminino têm no falo seu operador teórico fundamental. Para ele, os gêneros são construídos a partir da lógica fálica, afirmando que a mãe deve ser separada da mulher. A maternidade pode até preencher a falta feminina em um primeiro momento, mas essa sensação pode se perder, pois os papéis sociais exigidos à mulher – de mãe e de esposa – a afastam dela mesma (Zalberg, 2007). Lacan (2003) cria o conceito “verdadeira mulher” que seria aquela que desenvolve os papéis exigidos pela sociedade patriarcal e concretiza autorrealização.

Para se inserirem no mercado de trabalho, as mulheres passaram a se capacitar mais como condição de disputa nesse mercado. O ingresso nas universidades e o investimento na carreira profissional são necessidades que, por vezes, supera ao anseio ao casamento. Fenômeno que adiou o desejo ou não de a mulher ter filhos²⁷.

3.5. Consequências do empoderamento feminino

Ao se libertar da única identidade reconhecida à mulher – a de mãe – ocorre a emancipação da condição maternal e a disputa com o homem do espaço público. Uma pesquisa realizada por Ana Letícia de França e Édina Schimanski para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2009, sobre o trabalho feminino e sua repercussão nas famílias concluiu que, na percepção das mulheres, foi a ausência das mulheres em casa em função do emprego que gerou sensação de abandono nos filhos.

Na percepção das mulheres participantes da pesquisa, a ausência no cuidado dos filhos tende a gerar uma situação de abandono e descuido dos mesmos. Para

²⁷ “Dados do Censo 2010 divulgados hoje (17) pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que a taxa de fecundidade no país (número de filhos por mulher), de 1,9 filho, está abaixo da taxa de reposição da população – de 2,1 filhos por brasileira. Têm mais filhos mulheres do Norte e Nordeste, além de pretas e pardas, pobres e menos instruídas. O dado consolida a trajetória de queda da fecundidade, a partir da década de 1970 e influencia o perfil etário da população: o Brasil tende a ser tornar um país de idosos. O número de filhos por mulher chegou a 6,28 em 1960, antes de cair para 2,38, em 2000. Atualmente, com 193 milhões [...], o Brasil é um país jovem, cuja população cresceu 1,7% na última década” (Recuperado de <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-17/ibge-com-taxa-de-fecundidade-baixa-brasil-tende-ser-tornar-pais-de-idosos>).

elas, na concepção da sociedade, isto ocasiona uma educação insuficiente e uma situação social problemática. Sendo assim, a mulher acaba por interiorizar tal ideologia, a qual coloca sobre ela toda a responsabilidade do cuidado dos filhos, e quando sente que não está cumprindo adequadamente com a sua função social, ela passa a se cobrar, os filhos cobram e a sociedade também cobra. Nos relatos expressados pela maioria das mulheres pesquisadas fica evidente a preocupação com o cuidado dos filhos como sendo uma responsabilidade sua. (França & Schimanski, 2009, p. 75)

O resultado da pesquisa citada, reflete a questão que atravessa o gênero na família na contemporaneidade: a contraposição entre velhos e novos valores sociais. As mulheres vêm conquistando um espaço público que era predominantemente masculino, mas não têm a contrapartida de outra figura para substituí-las ou, até mesmo, dividir as funções domésticas, tidas como femininas. Em função disso, surge o questionamento: Como são assistidos os filhos na família contemporânea?

O psicanalista Joel Birman (2007) afirma que a família contemporânea atua de modo insuficiente na socialização primária do indivíduo devido à diminuição da presença da mãe no processo formativo infantil, o que ele chama de maternagem primária. O psicanalista afirma que essa função encontra-se problemática na atualidade. Para ele, uma maternagem insuficiente afeta a constituição subjetiva do sujeito, gerando crianças e adultos mais fragilizados²⁸.

As mulheres saíram de casa em busca da conquista de seu lugar de sujeito, de suas realizações pessoais, mas, em contrapartida, ninguém as substituiu no lar, essa lacuna não foi preenchida pela figura masculina. Esse acontecimento fez com que, cedo, as crianças comessem a frequentar creches e escolas maternais na tentativa de suprir a ausência dos pais. No caso de famílias abastadas, elas passaram a ficar sob cuidado de funcionários tais como babás, funcionárias domésticas, professores particulares e motoristas, inclusive até

²⁸ “Por maternagem compreende-se o conjunto de cuidados dispensados ao bebê com o objetivo de atender às suas necessidades. Estas são descritas como necessidade de ‘continência’, que compreende não apenas o ato mecânico de segurar o bebê no colo, mas também o suporte físico e emocional e os cuidados quanto ao manuseio (do corpo). A maternagem envolve, portanto, a sensibilidade da mãe – entendendo aqui a mãe propriamente dita ou a pessoa que exerce a função materna – em decodificar e compreender essas necessidades, estabelecendo uma rotina que favoreça o crescimento da criança, seu desenvolvimento e estabilidade emocional e ofereça proteção contra os perigos externos” (Miranda & Martins, 2007, p. 13).

mesmo excesso de atividades foi imputado às crianças a fim de ocupá-las, preenchendo o tempo de ausência dos pais.

Dois motivos alimentaram o desenvolvimento da dupla jornada feminina: a falta de condições financeiras para “terceirizar” os filhos e a culpa e os sintomas causados pela ausência dos pais na família. O aumento de tarefas resultou num comprometimento maior na relação com os parceiros e com os filhos, além de uma crise na relação da família com a escola.

As creches e as escolas maternas entraram já em parte na transmissão da socialização primária, que outrora era atribuição exclusiva da família, na ausência relativa dos pais nos primeiros anos de vida da criança. Parece-me, no entanto, que um novo *pacto social* entre a família e a escola será instituído no futuro, considerando as transformações que estão em curso. (Birman, 2007, n.d.)

3.6. Formação e subjetivação do sujeito contemporâneo

Como todas as mudanças que estão ocorrendo no universo contemporâneo incidem na formação do novo indivíduo? Birman (2007) cita alguns fenômenos contemporâneos resultantes do desinvestimento narcísico dos pais: a tirania infantil que se alimenta da culpabilidade dos pais de não darem aos filhos o tempo e a atenção que eles acreditam merecer; o *bullying* que o autor associa à perda da valência de autoridade no campo da família e, por fim, as patologias contemporâneas associadas a um narcisismo negativo e a uma maternagem pouco desenvolvida.

Este conjunto de transformações incidiu na economia do narcisismo das crianças inicialmente e dos adolescentes em seguida, produzindo novas modalidades de subjetivação e de transtornos psíquicos, que passaram a caracterizar a subjetividade na contemporaneidade. (Birman, 2007, n.d.)

Em seguida, as perturbações psíquicas se condensam cada vez mais nos registros do *corpo*, da *ação* e das *intensidades* (Birman, 2006b), nos quais a *passagem ao ato* passa a dominar a regulação psíquica, com descargas sobre o corpo e a ação. Se isso evidencia a pobreza dos processos de simbolização como afirmei acima, por um lado, denota ainda a perda do investimento narcísico, pelo outro, com a extensão daquilo que André Green denominava *narcisismo de morte*. Com efeito, da síndrome do pânico às perturbações psicossomáticas, passando pelo incremento da irritabilidade, da agressividade e da violência, e chegando às depressões, o que está sempre em pauta é a desnarcisação e a fragilização dos processos de simbolização. (Birman, 2007, n. d.)

Birman afirma que o desinvestimento narcísico na formação dos filhos proveniente na atualidade, devido uma menor presença física dos pais com os filhos é o grande responsável pelas perturbações psíquicas atuais e também por algumas doenças assíduas na contemporaneidade.

Nesse contexto, Winnicott (1975) desenvolveu o conceito *falso si-mesmo*, apontando que as perturbações psíquicas estão associadas ao desmame e à desnarcização. Defesa complementada por Pontalis (1988) quando afirma que mesmo com uma boa escolarização esses sintomas ainda afetam os mesmos indivíduos²⁹. Dentro das patologias contemporâneas, várias queixas que se originam no corpo estão difundindo, tais como síndrome do pânico e doenças psicossomáticas. O aumento da violência, de patologias compulsivas, de compulsão por drogas e comida, segundo Birman (2007), são sintomas associados à negatividade narcísica e à simbolização precária.

Este narcisismo de morte se enuncia de forma eloqüente nas depressões contemporâneas, que se destacam cada vez mais como a *prima donna* das perturbações psíquicas na atualidade. O que se apresenta aqui é a presença marcante do vazio no centro da experiência psíquica, de forma que o dito narcisismo de morte se evidencia pela pregnância assumida pelo *masoquismo* na experiência psíquica contemporânea. Seria este o correlato do narcisismo de morte nesta experiência, indicando assim o domínio da pulsão de morte sobre a pulsão de vida no aparelho psíquico. (Birman, 2007, n.d.)

Roudinesco (2003), ao falar da família contemporânea, utiliza estudos de outros psicanalistas demonstrando também que a presença materna pode ser adoecedora se não houver interdição, papel, muitas vezes, executado pela função paterna.

Melanie Klein demonstrava que, sob a aparência de grande normalidade, a família afetiva moderna recebia em seu seio os tormentos mais atrozes e os segredos mais funestos. A patologia psíquica mostrava a utilidade da norma no cerne de uma relação entre a mãe e o filho que tendia a abolir a função separadora do pai. Foi preciso esperar as contribuições clínicas de Donald Woods Winnicott sobre a "mãe suficientemente boa" (*good-enough mother*) e "extremosa comum" (*ordinary devoted mother*) para corrigir os excessos dessas

²⁹ O termo psicanalítico narcisismo é apresentado como forma de identificação infantil, processo em que acontece a escolha do objeto apoiado em modelos infantis. O narcisismo, em psicanálise, representa um modo particular de relação com a sexualidade. É um conceito crucial em seu desenvolvimento teórico. O narcisismo é um protetor do psiquismo e um integrador da imagem corporal, ele investe o corpo e lhe dá dimensões, proporções e possibilita uma identidade, um Eu.

clivagens maniqueístas que resultavam numa visão perversa ou psicótica das relações de parentesco. (Roudinesco, 2003, p. 108)

3.7. Figura paterna na família contemporânea

Um dos grandes marcos do século XX é a queda do patriarcado, o que fez com que a família diminuísse sua rígida hierarquia de preponderância masculina (Perucchi & Beirão, 2007; Petrini, 2005). Queda associada às mudanças que vêm ocorrendo desde então como a introdução da mulher no mercado de trabalho, o movimento feminista, a criação dos métodos anticoncepcionais e a viabilidade do divórcio. A Constituição da República Federativa, de 1988, rompeu com antigas concepções, os filhos fora do casamento passaram a serem reconhecidos, estabeleceu-se o fim da superioridade do homem sobre a mulher no casamento e foi concedida a possibilidade de outras formas de contrato de conjugalidade além do casamento (Fonseca, 2005).

No século XX, a criança conquista um lugar de maior importância social, resultando na consolidação de seus direitos. Isso fez com que a paternidade adquirisse uma nova representação. O pai passa a ser responsável pela vida, pelos cuidados e pela proteção do filho.

Em 1970, com a supressão da expressão "chefe de família", a própria noção de poder paterno é definitivamente eliminada da lei. Doravante o pai divide com a mãe o poder sobre o filho, e suas antigas prerrogativas, já fortemente abaladas nas décadas recentes, ficam praticamente reduzidas a nada. A família torna-se então "co-parental", e fala-se daí em diante em "co-parentalidade". Enfim, cinco anos mais tarde, com a legalização do aborto já aceita em numerosos países da Europa, as mulheres tiram da dominação masculina o controle total da procriação. Realizam esse gesto antes mesmo de ter conquistado a igualdade dos direitos sociais e políticos. (Roudinesco, 2003, p. 104)

Lacan (2003), inspirado no biólogo alemão Jakob von Uexkul, fala que cada indivíduo tem que se sentir pertencente a uma espécie a fim de compô-la. No universo humano, essa composição se dá pelo pai e pela mãe, representantes da microssociedade. Tal consideração valida o papel de cada um dos gêneros.

Winnicott restabelecia de fato um equilíbrio entre os dois pólos do materno e paterno ao assinalar que o pai é "necessário para dar à mãe um apoio moral, para sustentá-la em sua autoridade, para ser a encarnação da lei e da ordem que a mãe introduz na vida da criança. (Roudinesco, 2003, p. 108)

A psicanálise freudiana considerou, de forma bastante resumida, a função maternal como essencial, cabendo à mãe os cuidados ligados à sobrevivência, alimentação, higienização, vestimenta, acolhimento dentre outros nos primeiros anos de vida da criança. Situação que não poderia ser substituída por outro representante. E ao pai cabia a função de instituir a lei, punir, amar, validar a autoridade maternal e prover, função que não precisava ser exercida necessariamente pelo pai biológico.

Badinter (1985) reitera que o Estado e a mãe retiraram do pai a sua função, cada qual de forma diferente, restando apenas o papel de pai provedor da família. Com a introdução da mulher no mercado de trabalho, a função masculina perde importância e o homem deixa de ser o único provedor, modificando, assim, seu lugar na família. Outro fator que retira, de certa forma, o envolvimento maior dos pais, seria em caso de separação do casal, as mães geralmente são consideradas juridicamente mais aptas a cuidar dos filhos. De acordo com o IBGE (2010), 87,2% dos filhos ficam com a mãe nos processos de guarda, pois a lei a considera mais apta a cuidar deles³⁰. Outro fator que reforça essas diferenças é observado no tempo de licença maternidade: à mulher são concedidos quatro meses; ao homem, cinco dias.

A partir dessas considerações, constata-se que existe uma demanda contemporânea que convoca os pais a construir uma forma de se implicarem na formação dos filhos. De acordo com Bustamante (2005), o exercício da paternidade pode ser realizado de várias formas, nos quais os aspectos socioculturais influenciam.

A conquista da mulher por uma maior atuação no espaço público, concomitantemente a sua diminuição no espaço privado, provoca os homens a reagirem na tentativa de maior atuação em relação aos cuidados com os filhos. Para isso, faz-se necessário, por meio de luta, a quebra de padrões estereotipados e a revisão na legislação da sociedade.

³⁰ Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?busca=1&id=1&idnoticia=2031&t=registro-civil-2010-numero-divorcios-maior-desde-1984&view=noticia>

Considerações Finais

“Para nós, o ser humano é um ser de necessidades, que só se satisfaz socialmente em relações que o determinam. O sujeito não é só um sujeito relacionado, é um sujeito produzido em uma práxis. Nele não há nada que não seja resultante da interação entre indivíduo, grupos e classes.”

Pichon-Rivière (1983).

Para entender o lugar da mulher na família contemporânea, o presente estudo procurou investigar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, o lugar da mulher na família contemporânea frente ao processo de emancipação feminina no espaço público e suas repercussões no privado. analisando os fatores que influenciaram no processo de emancipação feminina. Com o surgimento de novos papéis femininos, novas formas da sociedade se organizar foram desenvolvidas, refletindo na formação do indivíduo contemporâneo.

Ao analisar as conquistas que a mulher vem fazendo no espaço público e privado, fica a questão: Em que medida esta emancipação se converte em uma autonomia fidedigna? Visto que a mulher tem o desafio de ter sua autonomia legitimada pelas representações masculinas em uma sociedade originalmente patriarcal.

Fez-se necessário estudar a história da família, por a mesma ser responsável pela socialização primária do indivíduo, diante do conhecimento de que os pais são as primeiras figuras de autoridade, responsáveis pela formação das bases psicológicas da criança, trazendo, também, a necessidade de estudar os papéis de gênero atuantes nesta instituição e consequentemente como os mesmos atuam na sociedade.

A figura paterna, desde a constituição da instituição família era representante da autoridade, conceito que foi explorado no presente estudo como importante no processo de desenvolvimento de uma possível autonomia, visto que o indivíduo expressa sua maneira de perceber a realidade e de a ela responder com autonomia, esta que é desenvolvida na relação de identificação com a autoridade para uma posterior possibilidade de diferenciação. Ao analisar as relações de poder e os vários formatos de família que medeiam as relações sociais em cada contexto histórico, contatou-se a importância dessas relações na formação do indivíduo. Compreender as relações de autoridade na família é fundamental para a compreensão da autonomia da mulher.

Ao articular os acontecimentos históricos a fatores antropológicos que demonstraram como a história da família se fez dentro de um contexto social, político, histórico e econômico, pôde-se perceber que todas essas variáveis articulam-se na tentativa de manter o

“bom” funcionamento de um sistema que sempre privilegiou os interesses apenas de alguns. A partir dessa constatação, percebeu-se como a luta por um espaço de equilíbrio com o gênero dominante, no caso, o masculino, ainda funciona como barreira de resistência para uma verdadeira emancipação.

Para entender o processo de emancipação feminina, analisou-se o conceito de autonomia como condição de emancipação que, de acordo com os estudos realizados sobre essa teoria em Kant, conclui-se que não existe uma autonomia feminina real. De acordo com o filósofo, autonomia é poder dar a si a própria lei. A mulher contemporânea só consegue manifestar sua autonomia quando avalizada por uma figura de poder representada pelo masculino, seja lei, Estado ou valores e dogmas que ainda atuam nesta sociedade de base patriarcal.

As análises realizadas sobre o lugar da mulher na família mostram que em determinado período, antes da modernidade, ela não tinha uma identidade de sujeito reconhecida, era considerada depositária do gene masculino cuja principal função era a de reprodução, somente o aspecto biológico era considerado. Na modernidade, a mulher conquista um papel a mais, o de “mãe”, papel em que ainda atua mas em menor proporção. A mulher era reservada apenas ao espaço doméstico, era responsável pelos filhos e pelos cuidados do lar, enquanto a alteridade pública ficava outorgada ao homem.

Na sociedade contemporânea, a mulher vem fazendo conquistas nos espaços públicos e privado. Essas transformações vêm aumentando a atuação feminina em papéis que eram tidos exclusivamente como masculinos. A mulher vem conquistando uma emancipação, uma possibilidade para atingir à autonomia. Ao conquistar o direito de estudar, condição necessária à superação da menoridade segundo Kant, a semente da autonomia é plantada, mas só efetivamente se realizará quando houver a superação do poder vigente que resiste ao empoderamento feminino visto como ameaça. Dessa forma, o equilíbrio almejado ficará para a posteridade. O feminismo, não raro, é mal-entendido, o senso comum o compreende como uma disputa entre masculino e feminino. Todavia, o empoderamento feminino está vinculado às relações de poder e só se realizará com a superação das desigualdades sociais, visando, assim, promover a autonomia do indivíduo através de um equilíbrio.

Vê-se a mulher tentando conquistar um espaço de autonomia e de liberdade e mesmo quando consegue ascender profissionalmente é perceptível a necessidade que possui da validação fálica, ou seja, de poder em lugar de liberdade. Ao analisarmos o sistema econômico mantido pelas classes, sustentado pelo patriarcalismo, a mulher enquanto minoria se encontra subjugada a essa realidade, enfrenta desafios diários ligados à imagem, ao

significado atribuído a ela pelos meios de comunicação de massa em relação ao sentido que ela ocupa na família e na sociedade. A autonomia da mulher implica a superação de sua condição de mercadoria.

Kant prevê uma separação, sendo a razão o instrumento que separa o homem da natureza, delimitando-a e dominando-a. Para o filósofo, todo indivíduo, em seu racional, é capaz de conquistar a autonomia. Ele, no entanto, desconsidera as diferenças, o sistema de classes. Seu raciocínio se sustenta na igualdade, como se todos tivessem as mesmas condições de luta, de participação social. Contudo, no sistema capitalista, as relações se sustentam baseadas em diferenças, em separações, em disputas de poder, em figuras como a do dominador e do dominado. Em condições adversas ao apresentado por Kant, o anseio pela maioria demonstra-se condicional a um equilíbrio entre classes, contrapondo-se ao sistema político-econômico vigente.

Para se emancipar, o indivíduo precisa se identificar primeiramente, sentir-se parte, o modo como se identifica e de diferencia dos demais demonstra o seu processo de emancipação. Os movimentos feministas são resposta a esse processo. Eles se iniciaram através da união de mulheres que se sentiam oprimidas pelo sistema e pelas condições impostas a elas, gerando inquietude, conflito, resistência; germinaram também nas classes altas e médias intelectualizadas a partir da apropriação do conhecimento, considerado um tipo de poder capaz de superar a minoridade e atingir a maioria, conceitos explorados aqui pela teoria kantiana.

A despeito das vitórias, de mudanças no papel da mulher e da família, ainda permanece a questão: Que emancipação é essa? A conquista de direitos, a luta pela liberdade e pela autoria quanto ao próprio destino podem ser entendidas como autonomia feminina? Se os indivíduos são formados e educados pela força da presença da mulher na família e do papel social exercido por ela, pode-se dizer que se caminha para a formação de uma sociedade mais autônoma?

Na contemporaneidade, ela se emancipa da condição maternal como uma das principais possibilidades de atuação e passa a disputar com o homem o espaço público, adquire, por meio de luta, o direito ao voto, conquista o ingresso em escolas e universidades, rompe com a eternidade do casamento, passa a conjugar apenas pelo desejo, conquista a liberdade de ter filho ou não. Apesar de tantas conquistas, ainda enfrenta resistência em obter autonomia. As condições de trabalho são desiguais, não possui liberdade com o próprio corpo, paga o preço dos papéis estereotipados femininos de gerações anteriores.

São grandes os desafios das mulheres na luta pela conquista de direitos e de reconhecimento, e o movimento feminista precisa continuar atuante para a garantia e ampliação de outros. Toda uma mudança ideológica na formação da sociedade é necessária para que essas respostas sejam dadas: investimento pelo Estado em políticas públicas para mulheres, sendo elas protagonistas nessas conquistas e ressignificação da identidade do homem num contexto social mais equilibrado. Cabe ainda pensar a constituição do indivíduo contemporâneo pelo não preenchimento de espaço que antes era ocupado pela mãe. Talvez seja necessária uma reestruturação social visando à formação desse indivíduo: “carente” de mãe, desejoso de pai e desamparado socialmente.

Investigando o lugar da mulher na família contemporânea frente ao processo de emancipação feminino tanto no espaço público como no privado, demonstrando que mesmo diante de tantas conquistas que a permitiram ter uma maior atuação, ainda enfrenta o desafio de ter sua autonomia legitimada pelas representações do masculino.

Se lacunas ainda são deixadas por esta pesquisa, a conclusão que se tem é de que é contraditório pensar ser possível uma emancipação universal no interior de uma realidade separada, considerando que, segundo Kant, a liberdade individual só é possível se não ameaçar a universal.

Referências

- Abbagnano, N. (2012). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Adorno, T. W. (2003). “Educação após Auschwitz”. In T. W. Adorno. *Educação e Emancipação*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Adorno, T. W. (2006). *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2006). *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Andreucci, A. C. P. T. (2012). *Igualdade de gênero e ações afirmativas*. São Paulo: LTR.
- Araújo, M. F. (2005) Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisando o debate. *Psicologia Clínica*, 172 (2), 41-52. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652005000200004&script=sci_abstract&tlng=pt
- Arendt, H. (1993). *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Ariès, P. (1978) *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (1960). *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bíblia Sagrada*. (1997). Tradução: Centro Bíblico Católico. 34 ed. rev. São Paulo: Ave Maria.

- Birman, J. (2007). Laços e desenlaces na contemporaneidade. *Jornal de Psicanálise*, 40(42). Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352007000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Bonfim, F. G. (2014). Perspectivas sobre o escrito lacaniano: “a significação do falo”. *Analytica*, São João del-Rei, 3 (5), 157-182. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v3n5/v3n5a09.pdf>
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- Bruschini, C. (1994). O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16102>.
- Bustamante, V. (2005). Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: Um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 393-402. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Costa, C. (2018, 15 de abril). As escritoras que tiveram de usar pseudônimos masculinos – e agora serão lidas com seus nomes verdadeiros. *BBC Brasil em São Paulo*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592400>.
- Descartes, R. (2001). *Discurso do método*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]*. (2008-2013). Recuperado de <https://dicionario.priberam.org/patriarcado>
- Ferreira, W. (2008). Uma análise revisionista de Adorno e Horkheimer em “A Dialética do Esclarecimento”. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 5. Recuperado de <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/csonline>.
- Fonseca, C. (2005). Paternidade brasileira na era do DNA: A certeza que pariu a dúvida. *Cuadernos de Antropologia Social*, 22, 27-51. Recuperado de http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2005000200003

- Foucault, M. (1994). "À propos de la généalogie de l'éthique: um aperçu du travail em cours". In M. Foucault. *Dits et écrits* (1980-1988). Paris: Gallimard.
- França, A. L., & Schimanski, E. (2009). Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. *Emancipação*, 9 (1), 65-78. doi <http://dx.doi.org/10.5212/Emancipacao.v.9i1.065078>
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freud, S. (1913/1997). Totem e tabu. In S. Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1924/1976). *A dissolução do complexo de Édipo: obras completas*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freyre, G. (1984). *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Olympio, 1984.
- Fundação Carlos Chagas. (2007). *Mulheres, trabalho e família*. Recuperado de www.fcc.org.br.
- Giddens, A. (1993). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Goody, J. (1986). *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- Horkheimer, M. (1990). *Teoria Crítica*. São Paulo: Perspectiva: EDUSP.
- Iasi, M. L. (1999). *Processo de Consciência*. São Paulo: CPV.
- IPEA. (2017). *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 62, abril. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29977&Itemid=9
- Kant, I. (2003). *Crítica da razão prática*. Tradução Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes.

- Kant, I. (2010). O que é o esclarecimento? In I Kant, *Textos Seletos*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes.
- Kofman, S. (1980). *L'énigme de la femme: La femme dans les textes de Freud*. Éd. Galilée, Universidade de Michigan.
- Lacan, J. (1993). Idéias diretivas para um congresso sobre a sexualidade feminina. In J. Lacan, *Escritos*. Madri: Siglo Veintiuno.
- Lacan, J. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- Lett, D. (1997). *L 'enfant des miracles. Enfance et société au Moyen Age (XIIe — XIIIe siècle)*. Paris: Aubier.
- Lévi-Strauss, C. (1956/1980). A família. In L. H. Shapiro. *Homem, cultura e sociedade*. São Paulo: Fundo de Cultura.
- Marx, K. & Engels, F. (1984). *A Ideologia alemã (Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Hucitec.
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- Miranda, M. A. & Martins, M. S. (2007). *Maternagem: quando o bebê pede colo*. São Paulo: Editora USP.
- Mora, J. F. (1965). *Dicionário de Filosofia*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Morel, C. M. (1997). *Comunicação Oral*. São Paulo: Martins Fontes.
- Morgado, R. (2004). Família(s): permanências e mudanças. Os lugares sociais de mulheres e homens. In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra.
- Nolasco, S. (1997). Um “homem de verdade”. In D. Caldas (Org.), *Homens*. São Paulo: Editora SENAC.
- PED. (2014, outubro). *Trabalho, renda e arranjos familiares na RMFS*. Recuperado de <https://www.dieese.org.br/analiseped/2013/arranjosFamiliaresRMFS.pdf>

- Peres, V. L. A. (2001). Concepções de família em população de periferia urbana. In S. M. G. Sousa (Org.), *Infância, Adolescência e família* (pp. 217-230). Goiânia: Cãnone Editorial.
- Perucchi, J., & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: Paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica, 19*(2), 57-69. Recuperado de (http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Petrini, G. (2005). Mudanças sociais e mudanças familiares. In B. G. Petrini, & V. Cavalcanti. *Família sociedade e subjetividade*. Petrópolis: Vozes.
- Petrini, B. G. & Cavalcanti V. (2005.) *Família sociedade e subjetividade*. Petrópolis: Vozes.
- Pichon-Rivière, E. (1983). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pinto, C. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Pinto, C. (2010). Feminismo, História e poder. *Rev. Sociol. Polit, 18* (36). Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>
- Pontalis, J. B. (1988). *Perdre de vue (Perder de vista)*. Éditions Gallimard.
- Poster, M. (1978). *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? *Psicologia Clínica, 15*(2), 93-107.
- Romanhol, A. G.G. (2013). *O processo de decisão sobre a adoção de uma criança por uma casal homossexual feminino*. Brasília, UCB. (Dissertação de Mestrado), Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF. Recuperado de <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1029>
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Roure, S. A. G. (2009). *A autoridade na educação contemporânea*. Goiânia: Editora UFG.
- Rousseau, J.J. (1995). *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martin Fontes.
- Rubin, G. (1974). *A contribution to critique of the political economy of sex and gender. dissemination* Boston, Alyson: Ed.Samois.
- Saffioti, H. I. B. (1997). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, PUC-SP, 2, 59-79. Recuperado de http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_saffioti.pdf
- Scott, J. W. (1999). "Experiência". In A. L. Silva, & M. C. S. Lago, & T. R. O. Ramos. (Org.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres.
- Setton, M. G. J. (1999). As transformações do final do século: resignificando os conceitos autoridade e autonomia. In J. G. Aquino. (Org.). *Autoridade e Autonomia na escola: alternativas teóricas práticas*. São Paulo: Summus Editorial.
- Shorter, E. (1975). *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar.
- Souza, M. P. (2014). "Cidadanização" da mulher em seu contexto familiar: em desafio ético ao Serviço Social. *Revista Katalysis*. Universidade Federal de Santa Catarina. Editora da UFSC.
- Stamatto, M. I. (2002). Um olhar na história: a mulher na escola. In *II Congresso Brasileiro de História da Educação*, Natal. Recuperado de <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>.
- Teixeira, Z. A. (2005). *As mulheres e o mercado de trabalho*. Universia.
- Teles, M. A. A., & Melo, M. (2003). *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense.
- Tiburi, M. (2018). *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Torezan, Z. C. F., & Aguiar, F. (2011). O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, XI (2), 525-554.

Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200004.

Viana, N. (2005). Adorno: Educação e Emancipação. *Resafe*. Revista Sul Americana de Filosofia e Educação, Brasília-DF, 2 (4). Recuperado de <https://www.monografias.com/pt/trabalhos914/adorno-educacao-emancipacao/adorno-educacao-emancipacao2.shtml>

Zalcborg, M. (2007). *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Winnicott, D. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.